

RUTH IZUMI SETOGUTI

REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A PSICOLOGIA DIFERENCIAL

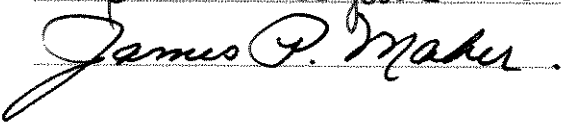
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1991

Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do Título de
MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de
Concentração: Psicologia Educacional, à
Comissão Julgadora da Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da Profa.
Dra. LIZIA HELENA NAGEL.†

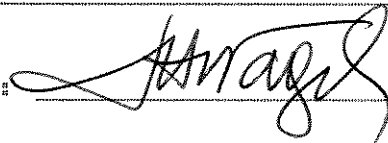
Comissão Julgadora:-


Márcia Regina S. de Brito

James P. Maher.

RUTH IZUMI SETOGUTI ~

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida por
RUTH IZUMI SETOGUTI e aprovada pela
Comissão Julgadora em 17/12/91

Data: 17.12.91

Assinatura: 

REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A PSICOLOGIA DIFERENCIAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1991

RESUMO

Com esta dissertação pretende-se trazer uma contribuição teórica aos estudos que vêm sendo feitos sobre a Psicologia Diferencial há algumas décadas. Neste sentido, ela aponta para os limites tanto da Psicologia Diferencial quanto para as limitações das críticas proferidas contra ela pelos próprios psicólogos.

Faz-se um contraponto às abordagens costumeiramente feitas sobre a Psicologia Diferencial e, ao mesmo tempo, na tentativa de oferecer-lhe um novo encaminhamento, adota-se o método histórico para sua análise. Assim, recuperando seu percurso, seus principais conceitos e princípios detectamos o eixo naturalista através do qual a Psicologia Diferencial mantém-se atrelada e qual a implicação que tal perspectiva acarreta.

Na verdade, este trabalho representa muito mais uma tentativa preliminar de repensar a Psicologia Diferencial sob novos parâmetros que extrapolam a especialização do conhecimento do que propriamente um trabalho definitivo e conclusivo.

AGRADECIMENTOS

Desejamos aqui expressar os nossos sinceros agradecimentos, especialmente:

À Professora Dra. Lizia Helena Nagel, orientadora e amiga, pela sua dedicada, firme e pacienciosa orientação. No plano afetivo, quantas não foram as vezes em que busquei no seu colo o ânimo necessário para dar prosseguimento na busca do objetivo proposto;

À Silvina, por não ter jamais poupado esforços em revisar as inúmeras versões pelas quais passou este trabalho até atingir a forma final;

ao professor James F. Maher, então coordenador do pós-graduação, cujo acompanhamento pari-passu, isento de qualquer preconceito, trouxe-nos valiosas contribuições.

Devemos também agradecer:

ao Flávio, com carinho, companheiro leal, por ter me oferecido, desde o início, todas as condições

espirituais e materiais para que eu me dedicasse exclusivamente na elaboração desta dissertação;

ao Osmar, Célia e Lúcio, por tirarem-me das frequentes enraascadas que o computador me metia, (ou melhor, que eu me metia);

à Anadir, secretária do pós-graduação da UNICAMP, pela eficiência, solicitude e amizade.

E finalmente, a todas as pessoas amigas que, por diferentes maneiras, auxiliaram-nos a avançar sobre os inúmeros obstáculos que foram se colocando no nosso caminho durante a elaboração deste trabalho.

INDICE

INTRODUÇÃO	001
CAPITULO I: A TRAJETORIA DA PSICOLOGIA	004
A) Do nascimento da Psicologia Diferencial à sua celebridade: a expectativa em torno do teste.	004
B) O teste como vilão.	012
C) Limitações das Críticas à Psicologia Diferencial.....	025
CAPITULO II: O EIXO DA PSICOLOGIA DIFERENCIAL	029
A) O desenvolvimento das questões da Psicologia Diferencial nos séculos XIX e XX.	029
B) Da tradição ou não-superação da concepção do natural.	055
CAPITULO III: A PSICOLOGIA DIFERENCIAL EM SEUS LIMITES ..	077
A) Da relação entre necessidades materiais e interesses teóricos.	082
B) Dos dados "ignorados".	085
C) Das formas de trabalho na história.	091
CONCLUSÃO	107
BIBLIOGRAFIA	109

INTRODUÇÃO

A construção da Psicologia Diferencial desponta em um determinado momento. Ela não se dá ao acaso. Como qualquer conhecimento, esta construção é histórica, corresponde a uma situação social, a um desenvolvimento econômico, material da sociedade. Da mesma maneira, a crise que se instala no seio da Psicologia Diferencial não é casual, ela também é histórica. O seu nascimento, assim como o seu declínio, tem, portanto, explicações muito mais profundas, do que aquelas que ela se atribui.

Assim, na tentativa de mostrar as insuficiências das críticas feitas à Psicologia Diferencial e apontar para esses limites, sugerindo novos caminhos para seu desenvolvimento, encaminhamos esta dissertação.

Há que se lembrar, todavia, que nosso estudo se constitui muito mais num esforço de organização de idéias para futuras pesquisas do que propriamente em uma pesquisa elaborada em caráter definitivo.

Com o nosso trabalho não se pretende apresentar uma crítica tão aberta que seus resultados sejam vistos apenas como um depoimento pessoal contestador. Ao contrário, a sugestão para caminhar em novas direções assume a responsabilidade de dar ao interessado alguns balizadores

para novos estudos sem nenhuma pretensão de ter esgotado o assunto.

A inexistência de estudos em Psicologia Diferencial que pudessem responder satisfatoriamente às nossas inquietações e a falta de publicações e/ou pesquisas que nos auxiliassem efetivamente no desenvolvimento desta investigação explicam a exigüidade de material bibliográfico por nós apresentado. Consciente de que o nosso trabalho corresponde apenas à minúscula parte visível de um todo que necessita ainda de muitas investigações futuras, ficamos na expectativa de que ele possa servir realmente como ponto de partida para aqueles que insistem numa via ainda inexplorada.

Portanto, a nossa crítica tem a intenção de trazer ao corpo de conhecimentos da Psicologia algumas contribuições que, embora simples, acreditamos importantes para a compreensão dos limites da própria Psicologia. Isto porque estando ela presa à concepção biológica do homem e à metodologia das ciências naturais perde a dimensão do próprio homem quando se limita a falar nele exclusivamente por este caminho.

Pretendendo atingir o objetivo proposto, tratamos no primeiro e no segundo capítulos do caminho percorrido pela Psicologia Diferencial. Seu início, seu desenvolvimento, seu apogeu, suas questões que envolveram todos os países, tudo isso é visto nestes dois capítulos. Teoricamente é bem demarcado o eixo em que a Psicologia se sustenta no

capítulo segundo. Também é assinalado, nessa trajetória da Psicologia, tanto o entusiasmo causado pela expectativa dos testes como a crise que esse tipo de investigação enfrenta a partir dos anos 60.

O terceiro capítulo busca mostrar a necessidade de uma ciência corresponder a uma realidade social e para isso mostra alguns dados ou conhecimentos pelos quais a Psicologia não se interessou neste século, em nome de sua própria especialização. Apresenta também uma análise do trabalho humano ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista em oposição à idéia de "emprego" que a Psicologia carrega quando procura encontrar "the right man for the right place".

A dissertação, enfim, pode ser resumida como tentativa de contribuição àquelas discussões que detectam problemas da Psicologia enquanto ciência presa ao eixo da naturalização das relações sociais.

CAPITULO I

A TRAJETORIA DA PSICOLOGIA DIFERENCIAL

A) DO NASCIMENTO DA PSICOLOGIA DIFERENCIAL A SUA CELEBRIDADE: A EXPECTATIVA EM TORNO DO TESTE

Os manuais de psicologia em geral afirmam que, a partir de fins do século XIX, inaugura-se, com Francis Galton (1822-1911), um novo ramo no interior da psicologia moderna, a Psicologia Diferencial¹. Através desta, parte da psicologia se desvincula da preocupação com a busca das leis gerais que regem o comportamento humano e passa a eleger, como seu objeto de investigação, a análise das diferenças individuais, sobretudo no seu aspecto quantitativo.

¹ Como diz Klineberg, *embora tenha havido muitos precursores, o estudo de GALTON sobre as diferenças individuais no tocante às imagens, assim como seu exame das genealogias dos gênios, podem ser encarados como ponto de partida da Psicologia Diferencial.* (Otto Klineberg, Psicologia Social, vol.1, p.234) (grifo nosso)
Galton notabilizou-se por seus inúmeros trabalhos voltados para a fundação da eugenia. Neste intuito publica seus principais estudos:
Hereditary Genius: an Inquiry into Its Laws and Consequence (1869); English Men of Cience: Their Nurture and Nature (1874); Inquires into the Human Faculty and Its Development (1883); Natural Inheritance (1889).

Conforme observa Anastasi, em *Testes Psicológicos*, os primeiros psicólogos experimentais do século passado apresentavam como cerne de seus interesses a busca de "descrições generalizadas do comportamento humano". As expectativas eram de que se poderia, finalmente, através das pesquisas realizadas nos laboratórios experimentais de psicologia, apreender as leis gerais que regiam os processos mentais². Curiosamente, é no bojo desta tendência crescente da psicologia experimental, da expansão dos laboratórios psicológicos, que se forma uma nova corrente cujo objeto é a determinação das variabilidades individuais.

Por intermédio do trabalho sistematizado por Galton, a Psicologia Diferencial recebe seu primeiro impulso. Na expectativa de que a estatística pudesse servir-lhe de instrumento de caráter eminentemente científico no diagnóstico das diversidades individuais, Galton a aplica no estudo em que relaciona as diferenças individuais com a hereditariedade, desenvolvendo, assim, o princípio básico do futuro teste mental.

O método estatístico aplicado à Psicologia Diferencial encontrava-se, então, num estágio ainda muito incipiente, mas após os trabalhos de Galton assiste-se, a nível mundial, a um movimento de expansão das pesquisas e aplicações da Psicologia Diferencial, durante mais de meio século. Esse ramo florescente da psicologia, agora munida de testes, encontra grande receptividade na Inglaterra, França,

² Anne ANASTASI, *Testes Psicológicos*, p.7. (grifo nosso)

e, principalmente nos Estados Unidos, países que sempre se mostraram férteis na propagação de idéias como a de "progresso ", da "eficácia " e do "rendimento".

Desde o final do século XIX, portanto, começa a predominar uma abordagem progressivamente quantitativa no interior da psicologia, que irá culminar, em 1905, com a criação da primeira Escala de Inteligência, produzida pelos franceses Alfred Binet e Théodore Simon.

A elaboração do teste Binet-Simon correspondeu a uma vitória para a Psicologia Diferencial, pois, até esse momento, trilhando caminhos diversos na tentativa de se obter dados a respeito das diferenças individuais, pesquisadores ensaiaram, sem sucesso, a mensuração dos traços físicos, a análise da caligrafia, a quiromancia, etc..³

As inquirições acerca das diferenças individuais, agora objetivadas nos testes mentais, provocam um grande entusiasmo entre psicólogos e educadores, os quais, acreditando, estarem munidos de um instrumental suficientemente científico, objetivo e seguro, passam a avaliar os mais diversificados sujeitos tais como os surdos, os cegos, os analfabetos, os doentes mentais, os imigrantes, os deficientes físicos, etc..

Já na primeira metade do século XX, os testes ganham celebridade internacional, conforme atesta Garret, em *Grandes Experimentos da Psicologia*:

³ Id., *ibid.*, p.11

(...) Menos de dez anos após a publicação da revisão final (1911), a Escala Binet-Simon já estava sendo extensamente usada nos Estados Unidos, no Canadá, na Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Bélgica, Alemanha, Suíça, Itália, Rússia e China, havia sido traduzida para o japonês, para o turco⁴.

Esta proliferação dos testes, ocorre durante a I Grande Guerra, mais especificamente no período da II Grande Guerra, quando a quantidade de testes se multiplica em virtude de sua utilização bélica. Dizem Woodworth e Marquis, em *Psicologia*, o seguinte:

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, talvez ainda mais que durante a primeira, os psicólogos tiveram oportunidade de contribuir para solução de questões nacionais, aplicando os conhecimentos e métodos de que dispunham a muitos

⁴ Henry GARRET, *Grandes Experimentos da Psicologia*, p.299. Acrescentando outros dados que bem ilustram a estupenda aceitação dos testes, atentemo-nos para o que ocorreu só nos Estados Unidos até a década de 50: "O Anuário de Mensuração Mental de 1940, acusou a publicação de 1500 testes até aquele ano. O mesmo anuário, publicado em 1949, continha a lista de 700 novos testes. Atualmente /1962, ano de edição desta obra/ apresenta cerca de 3.000 testes publicados". In: Ruth SHEEFER, *Introdução aos Testes Psicológicos*, p.5. Dados também significativos na ilustração da amplitude da aplicação do campo de mensuração podem ser obtidos através de J. Stanley Ahmann e Marwin D. Glock, em *Evaluating Pupil Growth*, Allyn And Bacon, Inc., Boston, p.22. Em 1955, esses autores apontaram que nas escolas norte-americanas, cerca de 80 milhões de testes padronizados são aplicados cada ano. Ainda, O.K. Buros (org), em *The Fifth Mental Measurements Yearbook*, The Gryphen Press, Highland Park, N.Jersey, 1959, arrola, 957 testes disponíveis no comércio-educacionais, psicológicos e vocacionais- publicados nos países de língua inglesa entre 1952 e 1958. Encerra também a mesma publicação 6 mil referências a respeito da construção, do uso e das limitações de testes específicos. As duas últimas citações foram extraídas, de Glenn Myers.

variados problemas militares. Problema importante, que já antes da guerra havia sido tratado nas fábricas, era, dum lado, ajustar o indivíduo à tarefa que lhe fosse atribuída; por outro lado, ajustar a tarefa do indivíduo encarregado de executá-la(...) mas existem ainda outros elementos além da escolha acertada do trabalhador para certa tarefa. Tomemos como exemplo a atividade do piloto aéreo ou do radiotelegrafista, durante a guerra. Em primeiro lugar, o indivíduo precisa ser treinado para o exercício de sua função. Os psicólogos, portanto, desenvolveram métodos eficientes de treinamento. Além disso, a própria tarefa muitas vezes exige excessivo esforço visual ou auditivo, ou grande habilidade manual; e é possível melhorar a situação por meio de estudo cuidadoso, feito do ponto de vista psicológico.

No caso da aviação como arma de guerra, os psicólogos não se concentraram apenas na habilidade do aviador ou dos outros membros da tripulação; era preciso considerar também a resistência emocional do indivíduo e sua adequação para enfrentar os rigores trazidos pela guerra. O moral duma companhia, duma divisão, ou de qualquer outra unidade militar, os métodos de levantar-lhes o ânimo, de combater propaganda e boatos dissolventes - eis os problemas que muitos psicólogos tiveram de enfrentar.⁵

⁵ Robert S. WOODWORTH, et Donald G. MARQUIS, *Psicologia*, p. 1 e 2. Sobre Trabalhos psicológicos relativos às atividades de guerra, vide Relatórios de *Psychological Bulletin*, 1945 e *American Psychologist*, 1946, 1947.

Além disso, os testes vão adquirindo a confiança de quase todos os setores da sociedade e se tornando indispensáveis no processo de seleção de pessoal de empresas, nas forças armadas, nas instituições educacionais, na orientação educacional e profissional, no diagnóstico clínico, na psiquiatria e nas pesquisas no campo das ciências sociais.

Se, em seus primórdios, a psicometria interessou-se quase que exclusivamente por mensurar a capacidade intelectual, neste momento em que se torna notoriedade mundial, a psicometria amplia o leque de investigação desenvolvendo testes para medir "aptidões especiais", como, por exemplo, a capacidade para a música, para a mecânica, etc..Concomitantemente ela passa a avaliar características, como "segurança", "confiança", "submissão", "preferência", "interesse", "atitude", por meio de inventários de personalidade e técnicas projetivas.

Observando, através da literatura especializada, que, desde o final do século passado até as décadas de 1950 e 1960, a Psicologia Diferencial e seu instrumental de medição de fatores psicológicos encontram plena aceitação não só no interior da psicologia como também em vários outros setores e áreas de atividades da sociedade, não obstante a presença, de tempos em tempos, de vozes discordantes. Vozes, aliás, que foram levantadas por uma pequena parcela dentre os psicólogos. Diz Klineberg, em Psicologia Social:

(...) Quando os testes foram aplicados, pela primeira vez, aos representantes de grupos étnicos diferentes, acreditava-se comumente que o método era capaz de medir a aptidão inata e que os resultados assim poderiam ser interpretados. Desde o começo, levantaram-se vozes de cautela e de crítica, mas, por certo tempo, pelo menos entre os psicólogos, constituíam a minoria⁴.

Segundo este autor, embora representando uma minoria, esses críticos já questionavam a validade e a fidedignidade dos testes. Além disso já se perguntavam também se, de fato, os testes representavam um instrumento seguro para o examinador apreender a capacidade inata da inteligência dos sujeitos ou se não se prestavam, ao contrário, a servir como instrumento discriminador de certos subgrupos da população, tais como os pobres, os negros e asiáticos, uma vez que os escores dos testes sempre acusavam, nestes últimos, baixa inteligência quando comparados aos brancos e aos melhor situados economicamente.

A respeito da função discriminadora dos testes, Klineberg nos traz um outro dado bastante curioso e significativo ao demonstrar como mudam os argumentos de superioridade racial, segundo interesses em vista. Interesses que procuram sempre afirmar a superioridade dos brancos, em detrimento de outras raças, ainda que tenham de recorrer a recursos contraditórios.

⁴ Otto KLINEBERG, *Psicologia Social*, v.2, p.328. (grifo nosso)

Diz a crença popular 'de que os povos de um nível mais primitivo são superiores quanto a essas atividades sensório-motoras e que o desenvolvimento da inteligência se deu a expensas das formas mais simples de atividades psicológicas'. A alegada capacidade dos 'nativos' para realizar verdadeiras proezas de percepção sensorial, quase impossível aos brancos, foi, paradoxalmente, considerada como demonstração de sua inferioridade.

Continua, Klineberg,

Um dos primeiros estudos neste campo foi de BACHE [R. M., 'Reaction Time With Reference to Race'. Psych. Rev. 2^a, 1895, págs. 475-486] que mediu o tempo de reação de um pequeno número de brancos, índios americanos e negros (...). É evidente que os brancos são os mais lentos dos três e BACHE se vê na necessidade de explicar porque um grupo presumivelmente superior se saiu tão mal neste teste. Afirma ele que é o homem inferior, e não o superior, que reage melhor a estímulos desta natureza, relacionados à ação reflexa secundária. A medida que sua inteligência aumenta, tendem os homens a reagir com rapidez cada vez menor na escala automática; o homem reflexivo é o mais lerdo dos seres⁷.

Apesar dessas restrições, a psicometria - conforme já assinalamos - cresce vertiginosamente até aproximadamente a década de 1960 gozando de apoio e prestígio entre a grande maioria dos psicólogos. A partir do final dessa década, porém, começam a proliferar as críticas e oposições aos testes psicológicos.

⁷ -----, *As Diferenças Raciais*, p.125 e 126.
(grifo nosso)

B) O TESTE COMO VILÃO

Ao leitor desavisado que vem acompanhando o percurso da Psicologia Diferencial, causa profunda surpresa a ruptura que se dá quanto à postura dos comentaristas frente ao teste. Tanto a opinião pública como os psicólogos que adotam metodologias divergentes entre si convergem para um ponto comum: criticam negativamente o uso dos testes.

Se, até a década de 60, depositava-se uma esperança quase mágica nas propriedades do teste, que era reputado como o instrumento com o qual, finalmente, se poderia detectar as capacidades intelectuais dos sujeitos e assim prever e adequar o comportamento individual a uma determinada ocupação e ou atividade escolar, a partir de então, porém, passa-se a discursar exatamente em sentido inverso. De redentor, o teste é transformado em vilão.

Tyler, ao efetuar a análise do comportamento do público frente ao emprego dos testes entre os anos de 1963 e 1970, evidencia o ceticismo que ronda o seu uso. Diz ele:

A mais nítida diferença entre 1963 e 1970 está na atitude do público em relação às medidas psicológicas. No momento em que escrevemos estas linhas, tal atitude parece ser consideravelmente menos favorável do que em 1963. Expressaram-se dúvidas sobre a utilidade social dos testes como um todo. Alguns preocupam-se com possíveis predisposições nos testes de aptidão que tenderiam a excluir o pobre e o não-educado das oportunidades de melhorar a sua condição. Outros temem que o gênero de perguntas formuladas nos inventários de personalidade transgride o

direito do indivíduo a proteger sua intimidade. Ainda outros estão preocupados com as consequências dos bancos de dados em que as pontuações dos testes individuais passam a constituir uma parte permanente do seu cadastro, recuperável anos depois, possivelmente para desvantagem da pessoa testada⁶.

Até mesmo a prática dos testes na orientação profissional é questionada. Para ilustrar as diversas críticas pejorativas utilizamos uma citação de Ebel, encontrada no texto de Sarmento "O uso de testes em orientação vocacional", que resume as mais freqüentes contestações. Afirma Ebel:

Pode deixar uma marca de certo nível intelectual em uma criança e predeterminar de tal maneira sua situação social, possivelmente provocando um dano irreparável à sua auto-estima e sua motivação para o estudo.
-Pode levar a uma concepção estreita da capacidade, favorecer a busca de uma só meta e tender a reduzir a diversidade de talento disponível em uma sociedade.
(...)
-Pode favorecer processos de avaliação e determinação do tipo impessoal, inflexível e mecânico, de tal modo que se limitem ou se percam totalmente as liberdades humanas essenciais⁷.

As críticas à psicometria revelam o descrédito em que esta se encontra. Com descrédito maior ainda são acolhidos os testes de personalidade.

⁶ Leona E. TYLER, *Testes e Medidas*, p.11 e 12.

⁷ Diva Chaves SARMENTO, *O Uso de Testes em Orientação Vocacional*, In: *Educação e Realidade*, p.48.

Autores como W. H. Whyte, em *The Organization Man* (1956) e Martin L. Gross, em *The Brain Watchers* (1967), alertam, por exemplo, para a possibilidade de fraude nos escores por intermédio de respostas deliberadamente insinceras e sugerem precauções quanto ao uso de testes de personalidade. Para estes autores tão real é a possibilidade de fraude que eles próprios, ironicamente chegam a sugerir aos examinandos que desejem apreender as técnicas de falsificação dos questionários de personalidade ou de testes projetivos, como Rorschach, que recorram a seus livros, onde encontrarão instruções detalhadas¹⁰. Ou seja, segundo eles, conhecendo a técnica, qualquer sujeito de mediana inteligência pode fraudar os resultados de seus próprios testes.

Numa atitude de cautela e escrúpulo que parece-se generalizar, psicólogos sociais e de tendências mais filosófico-humanistas passam também a engrossar a ala daqueles que estão a questionar a confiabilidade, validade e utilidade dos testes de modo geral. Tal como outros críticos, eles concluem pela ação desumanizadora exercida pelos testes, alegando que estes ferem a liberdade, a dignidade e a individualidade da pessoa testada.

O debate em torno dessa questão extrapola o âmbito acadêmico e estende-se a alguns membros do Congresso Norte-Americano. Após constatarem que determinados questionários elaborados pela Comissão Civil para o processo de seleção de

¹⁰ Frederick B. DAVIS, Os Testes Psicológicos nos Estados Unidos em 1968, In: Arq. Bras. Psic. Aplicada, p.15.

empresas não apresentavam nenhuma relação com o cargo a ser preenchido pelo candidato, os congressistas formulam projetos que visam a eliminação desses questionários, com o argumento de que esse tipo de teste viola a privacidade alheia¹¹.

Aumenta o calor dessa contenda quando pessoas diretamente envolvidas com o problema, no caso, pais de alunos e educadores, mobilizam-se contra o uso de certos questionários e testes empregados nas instituições escolares públicas e privadas. A tônica dos protestos gira ao redor da questão ética, da descrença na técnica e, também, da questão da competência de quem os emprega.

Dentre as várias acusações dirigidas contra a prática dos testes, há uma de caráter bastante original feita por Frederick Davis, em "Os Testes Psicológicos nos Estados Unidos em 1968", na qual o autor revela que a utilização dos testes psicológicos constitui-se numa atividade econômica como qualquer outra cuja rentabilidade pode ser obtida através de meios tidos como escusos:

(...) Entretanto, muitos psicólogos estão particularmente interessados na utilização de técnicas dúbias de medida da personalidade para mera exploração comercial ou lucro fácil. Estão igualmente ligados ao fato de que o ceticismo e a hostilidade quanto ao uso de testes de personalidade estão repercutindo na aplicação prática, mais legítima, de outros testes¹².

¹¹ Id., ibid., p.17.

¹² Id., ibid., p.17.

Na mesma linha dos comentários severos acima arrolados, conclui que o teste psicológico passa a ser concebido como um perscrutador que invade e devassa a privacidade alheia, tolhe a liberdade, fornece resultados não confiáveis, subestima os "pobres" e as "raças inferiores", "provoca danos irreparáveis à auto-estima", "transgride o direito do cidadão" e encontra-se na maior parte das vezes em "mãos inexperientes" ou em "mãos mercenárias".

No Brasil, embora tenha ocorrido a controvérsia mais tardiamente que nos Estados Unidos e na Europa, o quadro geral não é diferente. No IV Encontro Nacional de Psicólogos e Profissionais de Ciências Sociais, realizado em 1985 no Rio de Janeiro, a tônica da polémica não diverge daquela que se deu em outros países a partir da década de 50. Swartzman, autor de "A Utilização das Provas de Personalidade em Seleção de Pessoal: uma questão controvertida", por exemplo, pergunta se o profissional de recrutamento e seleção tem o direito de invadir a privacidade alheia por intermédio de testes. Mais do que isso, esse autor questiona o próprio papel moral da psicologia, uma vez que questiona, como se pode comprovar na passagem transcrita abaixo, seu próprio direito de reprovare os candidatos submetidos aos testes.

*(...) pode um teste psicológico reprovare?
Temos esse direito? Como podemos
considerar um candidato reprovado se a
nossa atitude é de apoio. Além do mais,
como reprovare alguém que não ensinamos?*

Devemos deixar, a nível social, essa responsabilidade aos mestres, aos pais e à justiça¹³.

Verifica-se, portanto, uma inquietação de ordem moral e ética quanto ao uso dos testes e à conduta do psicólogo. Inquietação que se sustenta na defesa cada vez mais explícita de não-interferência na subjetividade e ou liberdade do outro.

Além disso no bojo dessa problematização há também aquelas de caráter técnico, como por exemplo, a de Swartzman, que diz:

Os testes psicológicos utilizados, carecem de fidedignidade em seus resultados, pois os manuais contém tabelas padronizadas através de uma população muitas vezes destoante de nossa realidade. Além desse fato, utilizamos testes psicológicos um tanto quanto ultrapassados, uma vez que a sua origem data, em sua maior parte, da época pós grande guerra, e por muitas vezes mal adaptados ou apenas traduzidos e mantidas as culturas dos países onde foram idealizados¹⁴.

Em 1986, durante a XVI Reunião Anual de Psicologia, novamente volta à baila a controvérsia da utilidade e cientificidade dos testes. No artigo de Cunha "Atividade de pesquisa na área de técnicas de avaliação de personalidade", a autora comenta que o próprio Conselho de Psicologia,

¹³ Alberto SWARTZMAN, A Utilização das Provas de Personalidade em Seleção de Pessoal: uma questão controvertida. In: Anais do IV Encontro Nacional de Psicólogos e Profissionais de Ciências Sociais, p.351.

¹⁴ Id., ibid., p.351 e 352.

preocupado com os rumos da psicometria, conclama os profissionais da área para uma reflexão acerca das técnicas existentes no Brasil.

A descrição realizada por Cunha a respeito da situação atual da psicometria no Brasil, mais especificamente dentro da área de investigação da personalidade, revela um quadro alarmante:

(...) No Brasil, um pouco tardiamente, parece que ainda estamos, pelo menos em certas áreas, a viver os percalços e desafios encontrados pelos psicólogos americanos na época referida. Encontrase, entre alunos e profissionais, dúvidas, desinteresse e descrença quanto ao uso de técnicas de avaliação da personalidade. Por um lado, a abertura de novas frentes de trabalho levou a um certo desprestígio da função tida como de "testólogo". Há, também, razões de teor filosófico e teórico, que inspiram certas atitudes. Por outro lado, devem ser consideradas as dificuldades de aquisição de material atualizado, tanto de testagem como bibliográfico, acrescidas da duvidosa qualidade de certos materiais, disponíveis no mercado. A par de tudo isto, faltam dados, dados que possam emprestar mais cientificidade às inferências necessárias no processo psicodiagnóstico. Num levantamento de técnicas, acessíveis ao psicólogo, que fizemos recentemente, ficamos realmente preocupados, especialmente com a escassez de normas de interpretação, com a variabilidade de procedimento, introduzidos aleatoriamente na administração, responsáveis por grande parte da discrepância e divergência entre resultados de pesquisa e, principalmente, com a virtual ausência de dados sobre respostas comuns em diferentes grupos de nossa população.

A isto se pode acrescentar o fato de que o psicólogo, pouco afeito à pesquisa, tem

difficuldade de se tornar um consumidor de resultados de pesquisas, muitas vezes lhe parecendo mais importante a sua impressão subjetiva sobre o valor de um instrumento do que os achados de pesquisa, observando-se que, se há indicações simples e acessíveis sobre a interpretação de um teste, por sua vez, é prático e econômico, muitos profissionais deixam-se facilmente influir por hipóteses interpretativas, que fiquem conciliadas por sua sensibilidade clínica, não dando grande importância a dados, que podem eventualmente contradizer a 'evidência' encontrada, chegando a inferências que se baseiam meramente em formulações teóricas ou em experiência clínica não testada¹⁵.

Observamos desta maneira que os próprios psicólogos brasileiros reconhecem e admitem a crise generalizada e crônica na qual estão inseridos os testes psicológicos.

A situação verificada nos testes e a inquietação que daí advem, leva os profissionais da área, em 1987, mais uma vez, a promover um outro encontro científico para discutir, dentre várias questões, "Os Mitos que Envolvem os Testes Psicológicos". Neste encontro promovido pela Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, o ponto em acorde entre os debatedores convidados é a situação preocupante com relação aos testes de modo geral. Vejamos.

Segundo Vaz, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, são poucos os testes e as técnicas projetivas que gozam de respeito, reconhecimento e prestígio perante a comunidade científica e a opinião pública. Para o autor, o problema que

¹⁵ Jurema Alcides CUNHA, Atividades de Pesquisa na Área de Técnica de Avaliação da Personalidade. In: Anais da XVI Reunião Anual de Psicologia, p.301 e 302.

envolve os testes não só se relaciona com a questão da validação e da busca de padrões normativos a nível nacional e de regiões, conforme o teste, como também faz-se necessário revisarmos o modo como está sendo transmitida a imagem dos testes psicológicos¹⁶ :

O aluno de Psicologia, de modo geral, ao iniciar os estudos de TEP (Técnicas de Exames Psicológicos) já vem com preconceito a respeito de teste inclusive do Rorschach... Já por parte do público, o que se nota, é que quando este a eles se refere ou os idealiza ou os rechassa. Expressões como: o teste desnuda a pessoa! o teste beneficia às empresas ricas marginalizando os menos dotados ao admitir só os 'normais'! fiz teste mas o psicólogo não me deu os resultados! se fulano tivesse feito exame psicológico como eu fiz, não estaria 'louqueando' aqui no trabalho! Essas e outras expressões bem demonstram os preconceitos e muito mais do que isso: os mitos que se formam em torno dos testes psicológicos¹⁷.

Além dessas razões apontadas como as causadoras do agravamento do estado geral dos testes, Vaz indica outras:

(...) Em muito tem contribuído para esse estado de coisas não apenas a necessidade que o profissional tem de dispor de testes mais simples e de fácil, rápida e prática operacionalização, mas também a ênfase demasiadamente dada ao método qualitativo nos trabalhos e estudos dos testes gráficos sem o devido embasamento quantitativo. O excessivo enfoque psicanalítico, as excessivas interpretações simbólicas em detrimento do método quantitativo, sem adequada

¹⁶ Cícero Emídio VAZ, Os Mitos que Envolvem os Testes Psicológicos. In: Anais da XVII Reunião Anual de Psicologia, p.321.

¹⁷ Id., ibid., p.322.

parametrização quantitativa, necessitam ser urgentemente revistos sob pena de os testes gráficos e outros virem a cair definitivamente no descrédito profissional e público¹⁶.

Dando prosseguimento ao debate, Elizabeth Tereza B. Sbardelini, da Universidade Federal do Paraná, arrola vários outros motivos que estariam conduzindo os testes no Brasil a uma situação deplorável.

O primeiro deles está associado à tendência de reprodução e repetição que aqui ocorre:

Cremos que a Psicologia no Brasil, até hoje, aproxima-se predominantemente desta primeira postura de passividade mencionada, ou seja, muito mais se tem reproduzido do que produzido conhecimento Psicológico. Esta tendência de reprodução, de repetição, permeia nosso conhecimento e, conseqüentemente, nosso posicionamento frente aos testes¹⁷.

Um segundo fator se relaciona à concepção eminentemente quantitativa do comportamento, quando este é, na verdade, segundo Sbardelini, exclusivamente qualitativo:

(...) A propensão à aplicação de métodos-matemáticos e a concepção de que só estes têm caráter científico, se originam, dentro da história da nossa psicologia, da marcada tendência à mecanização. A partir do momento em que a psicologia adotou os métodos das ciências exatas, a medida dos fenômenos psicológicos passou a ser amplamente estudado e divulgado

¹⁶ Id., *ibid.*, p.321.

¹⁷ Elizabeth Tereza B. SBARDELINI, Os Mitos que Envolvem os Testes Psicológicos. In: *Anais da XVII Reunião Anual de Psicologia*, p.325.

(...). Mas, sabemos que o comportamento é qualitativo e não quantitativo...²⁰.

Um terceiro ponto levantado por Sbardelini refere-se principalmente às atitudes extremistas, radicais, frente aos testes psicológicos:

(...) por um lado estão aqueles que acreditam na onipotência dos testes e, por outro lado, os que o renegam. No primeiro caso há pretensões demasiadas frente a uma aplicação de testes; existe uma crença na exatidão das medidas, nas predições e na possibilidade de diagnósticos diferenciais nitidamente estabelecidos...Assim, fazendo um paralelo dentro deste contexto, encontramos o Psicólogo para o qual o teste é a única verdade e suas maiores preocupações se resumem em encaixar o sujeito testado aos padrões estabelecidos pelo teste, dando-lhe uma classificação, uma rotulação, estabelecida pelos valores médios de uma população, ou seja, forçando-o às vezes a se deitarem num leito 'onde não se ajustam, não se encaixam'. Entre os que pertencem ao 2º grupo, ou sejam, negam totalmente o valor do teste, encontramos psicólogos que o criticam, alegando que as previsões baseadas em seus resultados, são pouco confiáveis, precários, que tendem a generalizar determinados traços, a discriminar certas populações, que suas normas são tendenciosas, que a padronização estabelece limites artificiais, que não são adaptados à nossa realidade, que há excesso de familiarização com os instrumentos²¹.

Portanto, conclui a autora:

²⁰ Id., ibid., p.325.

²¹ Id., ibid., p.326 e 327.

(...) Os mitos, nas dificuldades no uso dos testes aparecem justamente em função de posturas radicais, provenientes de profissionais que não conhecem os testes mais do que superficialmente (...) acreditamos que a grande maioria não tem conhecimentos suficientes para opinar, daí este forte movimento de 'contestação dos testes', em função da imagem inadequada proveniente de posturas extremadas²².

Feita a colocação acima, Sbardelini pergunta por que o teste...teve tão pouco avanço nestas três últimas décadas, em termos uma contribuição efetiva para o desenvolvimento do conhecimento psicológico²³. E ela própria quem responde:

A minha vivência nestes últimos vinte anos, como estudante e posteriormente como profissional e professor de testes, leva-me a supor que esta estagnação decorre, em grande parte, da falta de conhecimentos, experiências e pesquisas e, portanto, de trabalho realizado repetitivamente e acritico, pela contaminação das técnicas dentro dos diversos campos da Psicologia, usando-a em qualquer condição sob um mesmo prisma, numa fase em que a própria identidade do psicólogo não se encontra bem definida. Podemos analisar, através de contatos com outros profissionais, que em muitos Cursos de Psicologia, o ensino de testes se faz através de técnicas isoladas, desvinculando-as do contexto onde serão aplicadas, sem considerar e respeitar o indivíduo; podemos argumentar nesse sentido que muitos dos psicólogos que trabalham com testes, ainda não fizeram uma análise crítica que este enfoque comporta tanto em termos ideológicos como culturais. De uma maneira geral, ainda se ensinam e se usam as mesmas técnicas de 25 anos atrás quando foi legalizada a profissão, faltando portanto aos nossos

²² Id., ibid., p.327. (grifo nosso)

²³ Id., ibid., p.328.

profissionais, muitas vezes, uma consciência crítica da sua atividade. (...) As técnicas em si, em sua maioria, são bons instrumentos, haja visto todos os trabalhos, às vezes exaustivos, de fundamentação, validação, fidedignidade, etc., a maneira de interpretá-los a restrição nas avaliações em função de uma perfeição da análise quantitativa, é que nos leva a resultados nem sempre adequados. A avaliação numérica, a representação gráfica dos resultados, têm sua razão de ser; no entanto, não podem ser a única forma de avaliação²⁴.

Nas suas linhas gerais são essas as apreciações feitas pelos manuais de Psicologia Educacional no que se refere ao percurso realizado pela Psicologia Diferencial desde seu nascimento com Galton, passando pela sua fase de grande prestígio, até chegar às críticas internas. Do nosso modo de ver, entretanto, essas explicações são limitadas porque a visão que a Psicologia Diferencial tem de si própria não extravasa o campo da Psicologia.

²⁴ Id., *ibid.*, p.328 e 329.

C) LIMITAÇÕES DAS CRÍTICAS A PSICOLOGIA DIFERENCIAL

Embora as análises e as críticas feitas aos testes tenham revelado uma situação preocupante é forçoso reconhecer que as apreciações comumente encontradas na literatura, apesar de sua aparência radical, não satisfazem em sua totalidade. Parecem não atingir o cerne da questão. Isto porque os argumentos dessas críticas em geral recaem sobre a necessidade de se apurar a técnica e de se empreender com urgência novas pesquisas e experimentações. Indo além das críticas de caráter técnico, há também referências à questão moral e ética. Condena-se o emprego do teste alegando-se que o mesmo não somente invade e viola o direito à liberdade do indivíduo, mas também cumpre uma função discriminatória em relação a determinados sub-grupos da sociedade.

Permanecendo no campo puramente técnico ou moral, essas apreciações não colocam em questão a própria Psicologia Diferencial nem a utilização de testes para medir as diferenças individuais. O que está em questão é simplesmente o método até então empregado e que necessita de um aperfeiçoamento.

Em nosso entender, partindo do pressuposto da importância e da necessidade de discriminar as diferenças pelos testes - pressuposto jamais questionado de forma sistemática - qualquer tentativa para encaminhar esta questão é limitada por princípio.

Encontramos, na bibliografia consultada, algumas colocações que vêem corroborar nossa hipótese de que as análises críticas sobre a Psicologia Diferencial são lacunares exatamente porque não extrapolam o campo da própria Psicologia Diferencial. Uma delas é a de Antonio Gomes Penna que, em *História das Idéias Psicológicas*, aponta para a necessidade de se ampliar o horizonte de investigações da psicologia:

*(...) Recusando toda relação com a filosofia de onde essa psicologia [do comportamento] retira todo o significado de suas pesquisas, os proponentes de tal psicologia se esquecem de situar o seu comportamento específico em relação às circunstâncias históricas e os meios sociais em que são levados a propor seus métodos ou técnicas e fazer aceitar seus serviços. Aproveitando-se de um comentário de Nietzsche, assinala Canguilhem que o psicólogo não quer senão um instrumento, sem procurar saber de quem ou de que é instrumento.*²⁵

O primeiro passo, a nosso ver, que deveria ser dado pelo estudioso, empenhado em compreender as limitações da Psicologia Diferencial e as funções realmente desempenhadas por ela nesta sociedade, seria abandonar a especialização do saber que o leva a conceber a psicologia como um ramo de conhecimento que tem existência própria, desvinculada, portanto, de qualquer contexto maior e adotar um parâmetro de caráter mais abrangente.

²⁵ Antonio Gomes PENNA, *História das Idéias Psicológicas*, p.37. (grifo nosso)

Este é o passo que tentaremos dar neste trabalho. Apontados os limites das apreciações críticas referentes à Psicologia Diferencial, a possibilidade de extrapolá-los se abre a nossos olhos sob um outro parâmetro teórico. Um parâmetro que nos permite entender o homem em seu conjunto e que concebe as manifestações humanas de uma época como expressões necessárias de uma dada forma de relações sociais. Esse parâmetro é a história.

Em nosso entender, as análises e críticas concernentes ao teste teriam muito a ganhar se colocassem e tentassem entender indagações como a que se segue e que julgamos de crucial importância para as investigações sobre as diferenças individuais.

Trata-se, por este caminho, de explicitar a base material que gerou tanto a elaboração e aplicação dos testes quanto a sua negação. Se os testes foram considerados durante quase um século a esperança da humanidade, o instrumental que poderia, finalmente, fornecer a grande contribuição à sociedade, ao ajudar os cidadãos a encontrarem "lugares adequados" segundo aptidões pertinentes a cada indivíduo, o que leva os homens, um século depois, a negar esse mesmo instrumento? Afinal, o que mudou? O que provocou essa mudança na forma de conceber os testes? Por que este instrumental - moralmente aprovado por buscar a felicidade do cidadão através de um maior ajustamento de expectativas individuais às sociais - começa a ser visto como um instrumental que fere a subjetividade e a liberdade?

Como a bibliografia não responde satisfatoriamente, nem porque a Psicologia Diferencial surgiu, nem porque, a partir de 1950/1960, começa a ser veementemente criticada, nosso trabalho constitui-se numa tentativa de superar os limites das avaliações frequentemente citadas pelos manuais de Psicologia Educacional.

CAPITULO II

O EIXO DA PSICOLOGIA DIFERENCIAL

A) O DESENVOLVIMENTO DAS QUESTOES DA PSICOLOGIA DIFERENCIAL NOS SECULOS XIX/XX

Conforme já observamos, Francis Galton, ao publicar *Hereditary Genius*, em 1869, inaugura oficialmente o exame das diferenças naturais entre os indivíduos principalmente do ponto de vista quantitativo. A partir de então, a busca insistente da determinação da desigualdade entre os homens será o objetivo comum que aglutinará os estudiosos da Psicologia Diferencial.

No intuito de refletir sobre as condições materiais da sociedade que possibilitaram que um ramo do conhecimento humano enveredasse pelo estudo da desigualdade individual, neste capítulo procuraremos contextualizar socialmente o desenvolvimento da Psicologia Diferencial.

A Psicologia Diferencial nasce em meio aos conflitos econômicos, sociais e políticos que marcam o final do século XIX e que refletem as crises de superprodução, características da sociedade contemporânea. De crises decenais e periódicas, estas passam a irromper com uma

frequência cada vez maior e adquirem um caráter crônico. Neste contexto, assiste-se a um fortalecimento do movimento operário nos países mais desenvolvidos, de forma a impor uma nova correlação de forças na luta entre a classe burguesa e a classe operária¹.

Em face à aguda crise em que estava submergida a sociedade contemporânea, a descrença nesta forma de organização social ganhava contornos nítidos e explícitos. Porém, contraditoriamente, o desenvolvimento das ciências naturais, das ciências exatas, permitiam, através das descobertas e inovações no campo da biologia, da botânica, da física, da química, da geologia, etc., a criação de um clima de euforia e boas expectativas em relação ao futuro da humanidade.

No estudo introdutório à obra de Durkheim, José Albertino Rodrigues retrata muito bem esse clima de euforia e expectativa no futuro, decorrente do progresso alcançado pela tecnologia e pela ciência:

(...), o final do século XIX e começo do século XX correspondem a uma certa sensação de euforia, de progresso e de esperança no futuro. Se bem que os êxitos econômicos não fossem de tal ordem que

¹ Só a título de esclarecimento, constata-se, no período por nós tratado, que 80% da população ativa da Grã-Bretanha era constituída de assalariados; nos Estados Unidos, em 1880, 63% ; da Alemanha, em 1902, 66%; e, finalmente, da população ativa da França, em 1911, 58% são constituídos de trabalhadores assalariados. Para finalizar, verifica-se que em 1913 existem, no mundo, cerca de 15 milhões de trabalhadores sindicalizados prontos a reivindicar melhores condições de trabalho, melhores condições de vida e melhores salários. (Michel BEAUD, História do Capitalismo, p.208 a 215.

pudessem fazer esquecer a sucessão de crises (1900-01, 1907, 1912-1913) e problemas colocados pela concentração, registrava-se uma série de inovações tecnológicas que provocavam repercussões imediatas no campo econômico. E a era do aço e da eletricidade que se inaugura, junto com o início do aproveitamento do petróleo como fonte de energia - ao lado da eletricidade que se notabiliza por ser uma energia 'limpa', em contraste com a negritude do carvão, cuja era declinava - e que, ao lado da telegrafia, marcam o início do que se convencionou chamar de 'segunda revolução industrial', qual seja, a do motor de combustão interna e do dínamo.

Além dessas inovações, outras se sucediam. Embora menos importantes, eram sem dúvida mais espetaculares, como o avião, o submarino, o cinema, o automóvel, além das rotativas e do linótipo que tornaram as indústrias do jornal e do livro capazes de produções baratas e de atingir um público cada vez maior. Tudo isso refletia um avanço da ciência, marcada pelo advento da teoria dos quanta, da relatividade, da radioatividade, da teoria atômica, além do progresso em outros setores mais diretamente voltados à aplicação, como a das ondas Hertzianas, das vitaminas, do bacilo de Kock, das vacinas de Pasteur etc.. Não é pois de se admirar que vigorasse um estilo de vida belle époque, com a Exposição Universal comemorativa do centenário da revolução, seguida da exposição de Paris, simultânea com a inauguração do métro em 1900. O último quartel do século fora marcado, além da renovação da literatura, do teatro e da música, pelo advento do impressionismo, que tirou a arte pictória dos ambientes fechados, dos grandes acontecimentos e das grandes personalidades - da monumentalidade, enfim - para se voltar aos grandes espaços abertos, para as cenas e os homens comuns - para o cotidiano².

² José Albertino RODRIGUES, A Sociologia de Durkheim, p.9 e 10.

E neste clima marcado pela ansiedade e, ao mesmo tempo, pela euforia do progresso tecnológico-científico que a Psicologia Diferencial vai produzir o seu referencial metodológico. O desenvolvimento deslumbrante da tecnologia, da ciência e da indústria abria a perspectiva da abundância de riqueza para todos os segmentos sociais, fazendo crer que o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas permitiria a criação de uma harmonia e de um equilíbrio geral. Entretanto, a realidade social concreta ia contradizendo essa expectativa. As cifras econômicas não conseguiam disfarçar o estado de penúria geral da população obreira dos países mais avançados. O desemprego em massa, o aumento assustador das falências, das greves, etc., criava um clima histórico desestabilizador da ordem constituída e punha em xeque a idéia da "perfeição natural", até então defendida, da sociedade capitalista.

Diante desta crise, a burguesia se vê tomada pelo pânico político, pois o espectro da revolução social - com ela o projeto de se abolir as desigualdades econômicas, sociais e políticas existentes entre os homens - passa a rondar os ares. Ora, é a partir da segunda metade do século XIX que se acirra a luta de classes envolvendo a burguesia e o proletariado. O avanço numérico da classe trabalhadora e sua crescente consciência política passa a incutir grande temor à burguesia, que passa a conviver com a idéia de uma iminente revolução proletária. Eça de Queiroz (1845-1900) ,

em "O Inverno em Paris" , capta com profunda sensibilidade e exatidão este clima que paira sobre a Europa:

Paris teve neste inverno um ar parado e pensativo.

(...)

Ninguém parecia disposto ao prazer - ou havia em todos como um receio, um escrúpulo de se abandonarem ao prazer ruidosamente e despreocupadamente.

(...)

E por que? (...) Por um motivo que não é só parisiense, mas europeu

(...)

E o medo crescente que os ricos têm dos pobres - desde que os pobres são uma irresistível força, que se une, se disciplina, se concentra, se prepara. Não se mostra hoje o luxo, sobretudo para que ele não irrite mais a indigência. Todo o milionário se sente ameaçado, e evita prudentemente estender, como outrora, os seus milhões ao sol³.

As contradições da sociedade burguesa, contradições que se expressam na incongruência entre avanço tecnológico e miséria social crescente, levam, no campo teórico, à crise da ciência burguesa, a Economia Política Clássica, que, submetida, na pena de Marx, a uma crítica histórica profunda, vem, juntamente com alguns elementos da Filosofia

³ Eça de QUEIROZ, "O Inverno em Paris". p.124 e 143.

Clássica alemã e do Socialismo Utópico francês, contribuir para a formulação do Materialismo Histórico de Marx e Engels. A partir deste momento, esta concepção materialista passa a representar um vigoroso parâmetro para análise não só da prática ou da estruturação da sociedade burguesa como também um parâmetro para análise da produção teórica desta sociedade.

Apesar do pânico provocado pela presença ameaçadora da classe operária e pelas formulações teóricas que embasam sua prática política e revolucionária, os setores conservadores não ficam paralisados e não capitulam, nem teórico e nem politicamente. Dedicam-se, por seu lado, a uma produção teórica de sustentação da sociedade vigente que vai constituir-se em resposta ao materialismo histórico.

Através de um outro sistema teórico, ignorando qualquer contribuição para a ciência que o materialismo histórico possa dar, negando as leis históricas gerais, introduzem, em consequência, (re) afirmações sobre as leis naturais como referencial metodológico norteador do estudo do homem e da sociedade.

E, portanto, dentro deste quadro histórico geral que tentamos entender o surgimento da Psicologia Diferencial. Será, ainda, dentro deste quadro histórico geral e das questões por ele colocadas à humanidade que procuraremos refletir porque a Psicologia Diferencial acabou por seccionar a realidade, considerando apenas uma de suas faces, a face orgânica, biológica, estática, e ignorando, em

consequência, a outra face da realidade, a face social e histórica.

Assim, uma concepção que vê a natureza em si mesma, como se tivesse uma essência independente de interferência humana, torna-se o parâmetro teórico para explicar o comportamento da normalidade ou da anormalidade, da competência ou da incompetência humana. Parâmetro interessante porque esquece ou ignora todas as contribuições e conquistas teóricas do Iluminismo, da Economia Política, do Socialismo Utópico e do Socialismo denominado Científico que assumem com maior ou menor perplexidade, questões como a da desigualdade dos homens enquanto produção social.

Gerada no seio deste conflito, a Psicologia Diferencial se impõe e se desenvolve através de explicações reguladas por leis naturais. Aliás, não só a Psicologia Diferencial como também a psicologia adotam a concepção naturalista como seu parâmetro teórico para explicar a essência da natureza humana e o comportamento dos indivíduos. Com efeito, consciente ou inconscientemente, eles negam o homem enquanto ser social e histórico. Edna Heidbreder, em *Psicologias do Século XX*, assim ilustra o ponto de vista acima:

(...) A principal tarefa da escola [psicológica] era a mesma que em toda parte a ciência realiza - a tentativa de descobrir as leis naturais num mundo de fatos naturais e observáveis.

(...) Também na Inglaterra havia quem estudasse os homens de uma forma naturalista. Neste caso, o fato científico notável do século foi a

publicação em 1859 do Livro *Origem das Espécies* de Darwin, que apresentou perante o mundo científico, a possibilidade de encarar a humanidade, não como um objeto de um interesse especial no universo, mas simplesmente como uma das muitas espécies animais evoluídas no decorrer dos acontecimentos naturais⁴.

Portanto, negando a leitura histórica, a Psicologia Diferencial recorre a conceitos das ciências naturais e a métodos das ciências exatas no intuito de garantir, a si própria, o estatuto de ciência. Munindo-se do método experimental, ela incorpora ao seu aparato teórico o produto de duas grandes conquistas realizadas pela ciência do século XIX, o evolucionismo e a fisiologia.

Ora, a teoria evolucionista, considerada o marco fundamental da biologia moderna, exerce influências extraordinárias não somente sobre a Psicologia Diferencial como em grande parte do pensamento dos séculos XIX e XX. Ao esfacelar definitivamente o resquício da ideologia teológica feudal que ainda resistia aos novos tempos e ainda teimava em defender a tese da imutabilidade do mundo, Darwin mostrou-se revolucionário. Dentre as inúmeras contribuições de Darwin para o desenvolvimento da ciência, talvez a mais espetacular de todas foi a de ter demonstrado que também a natureza sofria uma transformação ao longo da história. Ou seja, Darwin provou que nada do que existia era eterno. Ao contrário, tudo sofria um processo contínuo de

⁴ Edna HEIDBREder, *Psicologias do Século XX*, p.57 e97. (grifo nosso)

transformação. Assim, nem a natureza bruta e nem o homem, tal como os conhecemos, teriam tido sempre a mesma forma.

Não obstante esse caráter revolucionário a teoria evolucionista não deixou também de fornecer subsídios teóricos às correntes científicas conservadoras. Tais correntes, ao enfatizar o aspecto natural-biológico do evolucionismo, sustentaram ser também possível, a partir da noção biológica, analisar a sociedade e o homem a partir dos pressupostos orgânico-biológicos. Ao fazerem isto, tais correntes teóricas conservadoras estavam eliminando o caráter histórico das relações humanas⁵.

Assim, do evolucionismo de Darwin, que na época revolucionava a academia e abalava profundamente os restos de uma concepção que acreditava na imutabilidade das coisas, a Psicologia Diferencial se apropria dos conceitos de

⁵ Aprofundando um pouco mais a questão: ao mesmo tempo em que o trabalho de Darwin foi considerado revolucionário por ter permitido conceber o mundo num processo contínuo de transformação, ele também não deixou de ser acusado de conservador pelo fato de possuir um viés através do qual o pensamento conservador encontrou uma brecha para se apropriar de suas idéias. Ao demonstrar que o homem evoluiu a partir de uma espécie inferior, a teoria de Darwin permitiu que se produzisse ou solidificasse uma concepção natural-biológica acerca do homem, embaralhando-se, assim, os limites entre o ser social e o ser biológico. Ao conceber o homem apenas como ser natural-biológico, a Psicologia Diferencial coloca-se dentro da camisa de força da hereditariedade e da genética. Deste modo, o homem é colocado à mercê do destino inexorável ditado pelas leis da natureza, não lhe competindo, neste contexto, a ação de transformar-se a si próprio e de transformar, por extensão direta, a realidade que o cerca. Portanto, de ser social-histórico ativo o homem é reduzido, na Psicologia Diferencial, a um ser naturalmente biológico e consequentemente muito mais determinado pela própria natureza do que pela sociedade criada pelos homens.

"variação", "seleção", e "adaptação", empregando-os, pela primeira vez, no estudo das capacidades mentais individuais e raciais⁴.

O caráter contraditório do evolucionismo no sentido de constituir-se em material teórico, ao mesmo tempo conservador e revolucionário, também se manifesta no uso que dele faz a Psicologia Diferencial.

Em primeiro lugar, a absorção dos conceitos de movimento, como "seleção", "variação", e "adaptação" nas análises dos fenômenos psicológicos, pode ser considerada um avanço se comparada com a perspectiva das leis imutáveis que antes influenciavam a Psicologia através da filosofia tomista ou religiosa.

Em segundo lugar, a incorporação pela Psicologia Diferencial da noção de processo e de movimento de uma perspectiva evolutiva, pode revelar-se também conservadora se comparada com as propostas de transformações que estavam neste momento sendo formuladas. Enquanto a classe operária, organizada, está a questionar o status quo, propondo a transformação de toda a sociedade e de si própria, a Psicologia Diferencial, ao adotar os conceitos do evolucionismo e ao se ajustar às idéias de Malthus e de Spencer que vêem as diferenças sociais como naturais, retira do homem a possibilidade de interferência na desigualdade social, econômica, existente.

⁴ Noemy RUDDLFER, *Introdução À Psicologia Educacional*, p.79.

Das contribuições da fisiologia, a Psicologia Diferencial assume, como subsidio teórico, os resultados das pesquisas laboratoriais sobre as correlações entre a discriminação sensorial e os processos fisiológicos e psicológicos, mantendo assim o mesmo sentido de uma incorporação conceitual que apenas reforça a visão dos movimentos naturais dos homens.

De fato, como se pode ver através do Tratado Filosófico e Fisiológico da Hereditariedade Natural, de Prosper Lucas, publicado em 1847, a fisiologia da época estava envolvida pela linha teórica do darwinismo. As noções de degenerescência, de atraso mental, da diminuição de resistência psicofísica são cada vez mais relacionadas com a idéia de incapacidade de adaptação na luta pela vida. As lesões cerebrais, o retardo mental e a debilidade mental são aí examinadas e estudadas independentemente dos fatores sociais, econômicos e ou políticos. Para o estudo das imperfeições das faculdades cerebrais lhe basta as noções de hereditariedade e ou de atavismo, expressas de forma quantificada. A mensuração dessas imperfeições é que se transforma em problema a ser resolvido visto que a explicação para a origem desses fenômenos já é considerada indiscutível. Ou seja, a origem dessas imperfeições não se constitui em objeto de pesquisa uma vez que essa origem é arbitrada como expressão de desenvolvimento (para menos) de uma capacidade biológica, natural, de todos os homens.

Contagiado pelo espírito racionalista-mecanicista da época, Galton via na fusão das ciências naturais com o método da matemática o único caminho possível para o pensamento verdadeiramente científico. Acreditando que apenas com a contribuição da biologia e da fisiologia o estudo das diferenças individuais encontrava-se incompleto, Galton acrescenta às suas investigações a estatística desenvolvida pelo matemático belga A. Quetelet (1796-1874). Deste modo, através da combinação dos princípios oriundos da biologia e da fisiologia com o método experimental, formase, finalmente, o corpo teórico central da Psicologia Diferencial.

Definido o seu corpo teórico central, a Psicologia Diferencial passa não só a considerar o homem como um ser essencialmente biológico, natural, mas também a proclamar com o auxílio da estatística a possibilidade de conhecer o homem matematicamente através dos testes mentais.

E curioso que, tanto a Psicologia Diferencial como a psicologia geral, ao romper os laços que as ligavam à filosofia, vão acentuando gradativamente a natureza biológica do objeto comum de ambas, que é o homem. Buscando entender o que é a natureza humana, a Psicologia Diferencial recorre, como já mencionamos, à fisiologia e, sobretudo, à teoria evolucionista, que, conforme vimos, só vem reforçar a concepção naturalista do homem:

Em conclusão, podemos dizer que a teoria evolucionista mudou o rumo dos estudos psicológicos. Colocando a psicologia

entre as ciências biológicas, o evolucionismo deu golpe de morte na concepção associacionista da vida mental, pondo em evidência, os seus fundamentos inatos e a sua gênese.⁷

Em outras palavras, a Psicologia Diferencial considera o homem como um ser cuja essência é determinada unicamente pela natureza, ou seja, como um ser cuja essência é determinada mecanicamente apenas pela evolução natural da espécie, evolução esta que se estenderia por milhares de anos, mas sem a intervenção da mão humana e independente de suas relações de trabalho ou de produção.

Cumprе registrar, porém, que esta concepção naturalista da essência humana, que a entende como se fosse determinada a priori por funções mecânicas mais ou menos fixas que podem deteriorar-se ou desenvolver-se por influências da hereditariedade e ou do meio, se opõe não só à idéia mística de predestinação e providência divinas a respeito do homem. Esta concepção se opõe, também, a qualquer outra perspectiva que não tome o biológico como determinante dessa essência humana. Portanto, a concepção naturalista não nega apenas o sistema religioso de pensamento, mas nega, também, qualquer outro corpo de conhecimento que não privilegie as transformações individuais (de desenvolvimento ou de deterioração humana) como consequência direta das leis universais da própria natureza no processo de enfrentamento com o meio ambiente.

⁷ Id., *ibid.*, p.83.

Frente a outras formas de explicação do homem que se desenvolveram através dos Filósofos, dos Economistas, dos Socialistas Utópicos, verificamos que o conceito de essência humana da Psicologia Diferencial passa, no século XIX, pelos cânones da biologia, da fisiologia e da estatística para se consubstanciar numa opção teórica de representação dos seres sociais que ignora qualquer outra formulação coexistente com esta tendência.

Assim, tentando conceituar o que é a natureza humana, a Psicologia Diferencial parte do pressuposto de que o homem é um ser essencialmente biológico, o qual, em consequência, traz naturalmente um potencial físico e psíquico diferenciado em quantidade.

Estas características, por sua vez, conferem ao homem uma natureza desigual em relação a seus pares, desigualdade esta passível de ser captada quantitativamente através de instrumentos criados especialmente para este fim, que são os testes. Isto porque, como diz Darwin, em *A Origem das Espécies*:

*(...) todas as partes do organismo e todos os instintos oferecem pelo menos diferenças individuais; a luta constante pela sobrevivência determina a conservação de desvios de estrutura ou de instinto que podem ser vantajosos; e finalmente, gradações no estado de perfeição de cada órgão todas boas por si mesmas...*⁸

⁸ Charles DARWIN, *A Origem das Espécies*, p.434. (grifo nosso)

Dessa forma, determinadas noções, como desenvolvimento e degenerescência, passam, na visão da Psicologia Diferencial, a expressar, respectivamente, as idéias de evolução e de involução natural do homem. Tais noções passam a expressar, ainda, aquilo que é captado na espécie humana como normal ou como anormal.

Constatando, portanto, a existência de estágios de desenvolvimento e de degenerescência na espécie humana e incorporando os conceitos de "variação", e de "herança mental", a Psicologia Diferencial pode não só afirmar a tese da existência da desigualdade entre os homens, mas também a afirmar que tais desigualdades são transmitidas hereditariamente via mecanismos genéticos. Assim, através da junção da concepção da desigualdade biológica com a noção da hereditariedade completa-se a base teórica sobre a qual vai se desenvolver a Psicologia Diferencial daí por diante. Desta feita, ao se explicar o homem como um ser biológico, fica também explicada a sociedade segundo as leis orgânico-biológicas pois, como diz Darwin: *O Homem não tem nenhuma influência imediata sobre a produção da variedade; expõe somente, sem objetivo, os seres melhor organizados a novas condições de vida; a natureza atua, pois, sobre a organização e fá-la variar.*⁹

Com todo esse raciocínio, a Psicologia Diferencial procura demonstrar, ou, induzir, enquanto novo ramo da

⁹ Id., *ibid.*, p.440.

Ciência Psicológica, a sua proposição teórica básica: a de que os homens possuem diferentes características físicas e psíquicas que terminam por definir os graus de distinção social entre eles próprios. Diferenças que são devidas à luta pela sobrevivência face à uma multiplicação inevitável de todos os seres organizados. Diz Darwin:

Como os indivíduos de uma espécie entram a todos os respeitos na mais íntima concorrência uns com os outros, é entre eles que a luta pela sobrevivência é mais acirrada; é quase tão ativa entre as variedades da mesma espécie, como entre as espécies de um gênero. A luta deve, ademais, ser quase sempre muito rigorosa entre seres muito afastados na escala natural. A menor superioridade que certos indivíduos, em certa idade ou durante uma época qualquer, pode exercer sobre aqueles com os quais se encontram em concorrência, ou a adaptação mais perfeita às condições-ambiente, fazem no decurso do tempo, pender a balança a seu favor.¹⁰

A partir do pressuposto de que as pessoas trazem, desde seu nascimento, um talento especial que as caracteriza, Galton formula a tese de que "homens eminentes têm filhos eminentes". Da perspectiva do autor, a especificidade do talento é transmitida através da herança genética.

Com o objetivo de provar essa tese como verdadeira, Galton entrevista 977 homens previamente selecionados num grupo de 300 famílias, famílias estas que apresentavam a

¹⁰ Id., *ibid.*, p.440 e 441.

característica comum de possuir membros "eminentes" em seu seio.

Quando falo de um homem eminente refiro-me àquele que alcançou uma posição que só 250 pessoas, em cada milhão de homens, ou uma pessoa em cada 4.000 atingem.¹¹

Para Galton, homens "eminentes", num sentido mais preciso, seriam os juizes, os estadistas, os primeiros-ministros da Inglaterra, os chefes militares, os literatos, os cientistas, os poetas, os artistas e os sacerdotes.¹² Para a escolha dessas personalidades "eminentes", Galton baseou-se no exame de biografias e de realizações da pessoa, e, para provar a justeza de sua tese, comparou o resultado das entrevistas feitas com pessoas desse grupo "eminente" ao resultado obtido com entrevistas feitas com 977 homens aleatoriamente escolhidos na população em geral, chegando à seguinte conclusão:

(...) Esse grupo selecionado possuía um total de 332 parentes próximos tão notáveis quanto eles próprios, enquanto que na população geral a probabilidade seria de encontrar somente um parente nessas condições.¹³

Defendendo, dessa forma, a tese sobre a origem biológica e hereditária das capacidades intelectuais dos indivíduos, Galton tenta demonstrar que os homens herdam não

¹¹ Anne ANASTASI, *Psicologia Diferencial*, p.307.

¹² Henry E. GARRET, *Grandes Experimentos de Psicologia*, p.372.

¹³ Id., *ibid.*, p.372.

só o gênio em sua essência genérica, mas formas específicas de genialidade. Assim, progenitores cientistas têm filhos cientistas, artistas têm filhos artistas, etc; como se pode constatar nos autores que estudaram Galton. Schultz, em *História da Psicologia Moderna*, por exemplo diz: *Os dados de Galton mostraram que, em cada caso, esses homens herdaram não só gênio mas formas específicas de gênio. Um grande cientista, por exemplo, nasceu numa família que atingira eminência na ciência.*¹⁴

Galton chegou a essa conclusão após realizar um outro estudo sobre a transmissão hereditária da aptidão artística. A esse mesmo respeito, diz Garret :

(...)GALTON verificou que em 30 famílias, nas quais ambos os progenitores tinham pendoros artísticos, 64% dos filhos também os tinham; ao passo que em 150 famílias nas quais nenhum dos progenitores apresentava tendências artísticas, somente 21% dos descendentes mostravam aptidões artísticas. Em outros estudos de famílias, revelaram os traços forte tendência a apresentar-se com igual intensidade em progenitores e descendentes. GALTON conclui que esses dados implicavam grande supremacia da hereditariedade sobre o meio.¹⁵

Galton radicaliza ao máximo a sua apologia da transmissão hereditária das capacidades individuais ao afirmar que, mesmo diante de circunstâncias adversas e independentemente de qualquer fator externo, os descendentes

¹⁴ Duane SCHULTZ, em *História da Psicologia Moderna*, p. 133.

¹⁵ GARRET, *Op.cit.*, p.372.

de gênios tornam-se, também, infalivelmente, gênios famosos.

Como diz Heidebreder, em *Psicologias do Século XX* :

*(...) Baseado em suas pesquisas [Galton] chegou à conclusão de que a capacidade mental é algo inerente ao indivíduo, alguma coisa que não depende basicamente de treino. Acreditava que os homens que conseguem altas posições possuem uma capacidade fora do comum, e também que os homens realmente capazes tornam-se famosos apesar das circunstâncias adversas.*¹⁶

No mesmo sentido, afirma Garret, que *Até mesmo o meio mais refinado, (...) será incapaz de elevar um homem a situação de grande eminência, se este não possuir dotes naturais extraordinários.*¹⁷

Portanto, na concepção de Galton, os papéis ocupacionais que os indivíduos desempenham estão sempre em correspondência direta com o seu nível intelectual, o qual é determinado previamente pela carga genética hereditária. A partir desta perspectiva Galton leva-nos a acreditar que a ocupação, por certos indivíduos, de níveis sociais superiores, deve-se muito mais à genialidade particular e à elevada inteligência de cada um desses indivíduos do que às condições históricas específicas de organização da produção e de distribuição da riqueza e da propriedade.

Assim, a teoria do "mais apto", do "mais evoluído", na escala animal (fisiológica) assumida como ponto de partida da Psicologia Diferencial para analisar o homem em

¹⁶ HEIDBREDER, Op.cit., p.98.

¹⁷ GARRET, Op.cit., p.372.

suas relações sociais, deixa de levar em consideração as distinções significativas entre o reino natural e o reino humano. Nesta perspectiva de entendimento, os animais mais bem sucedidos em seus comportamentos são comparados aos "homens mais hábeis", "mais aptos", "mais inteligentes". E, conseqüentemente, por esta lógica, são os indivíduos de inteligência medíocre, porque foram pouco dotados pela mãe-natureza, que irão participar e incumbir-se dos trabalhos ou atividades vulgares, rudes, grosseiras e pesadas.

De fato, durante a Primeira Guerra Mundial, o exército norte-americano retomando a tese acima, de Galton, realiza o primeiro estudo sistematizado na comparação entre inteligência e hierarquia profissional. Segundo Garret, em *Grandes Experimentos de Psicologia*, os resultados desse estudo sistematizado foram os seguintes:

Os escores mais altos são conseguidos pelos membros das profissões liberais, e os mais baixos pelos operários não qualificados. Nos grupos que alcançaram escores A e B na prova Alfa, encontram-se engenheiros, médicos, advogados, professores e homens de negócios. No grupo que obteve C +, figuram estenógrafos, guarda-livros, escriturários, fotógrafos e operários qualificados. No grupo C, aparecem carpinteiros, policiais, alfaiates, açougueiros, tipógrafos, sitiantes e pequenos comerciantes. Os caixeiros, cozinheiros, pescadores, bombeiros, barbeiros e homens que trabalham por dia integram o grupo mais baixo (C- e D).¹⁸

¹⁸ Id., *ibid.*, p.346.

Sempre realçando o caráter científico de tal proposição, diversos estudiosos da Psicologia Diferencial desenvolvem outros trabalhos no sentido de provar a veracidade dessa assertiva. Por exemplo, R. B. Cattell, em *The Fight for Our National Intelligence* (1937), temendo pela degeneração racial analisou a hierarquia ocupacional na cidade de Leicester, Inglaterra e no Devonshire rural, e relacionou os dados sobre o tamanho médio da família com os diferentes níveis de Q.I.¹⁹

Um outro exemplo pode ser obtido através de L. M. Terman e M. A. Merrill que, no mesmo ano em que foi editado o trabalho de R. B. Cattell, publicam no *Measuring Intelligence*, o quociente de inteligência médio de 2.757 crianças classificadas a partir da profissão paterna. Os escores obtidos por Terman e Merrill foram similares ao do exército norte-americano.²⁰

Kamin, em *O Grande Debate sobre a Inteligência*, transcreve ainda outra passagem de trabalhos de Terman, onde este procura estabelecer correlação positiva entre inteligência e nível sócio-econômico. Diz ele:

/Terman/... escreveu que Q.I., variando entre 70 e 80, era 'muito, muito comum, entre famílias mexicanas e indiano-espanholas do sudoeste e, também, entre os negros'. (...) 'Sua limitação intelectual parece racial, ou, no mínimo,

¹⁹ Otto KLINEBERG, *Psicologia Social*, vol.1, p.272.

²⁰ Ou sejam, "profissões liberais e profissionais equivalentes às liberais e de direção" possuem filhos com Q.I. médio (116,2 a 111,9) acima dos filhos de "trabalhadores semi-especializados e operários levemente especializados e não-qualificados (107,5 a 105,0)".

inerente às origens familiares das quais eles vêm...Toda a questão das diferenças raciais, nos traços mentais, terá de ser melhorada, sob nova forma'. O autor prevê que, quando isto for feito, se descobrirão diferenças raciais muitíssimo significativas; em inteligência geral, que não podem ser eliminadas por nenhum esquema de cultura mental. 'As crianças deste grupo deveriam ser segregadas em classes especiais. Elas não podem dominar abstrações, mas podem, em geral, tornarem-se eficientes operários. Não há possibilidade, no presente, de convencer a sociedade a não permitir que elas se reproduzam, embora, de um ponto de vista eugênico, constituam um grave problema, devido à sua procriação inusitadamente prolífera'.²¹

Assim, a tônica de todos estes trabalhos reafirma sempre que a posição social é determinada pela inteligência dos indivíduos. As desigualdades sociais são então explicadas como de origem intelectual, natural e hereditária e não como algo produzido historicamente.

Assimilando acriticamente as influências deste e de outros trabalhos semelhantes, e embora levando em consideração que o nível sócio econômico mais alto fornece melhores condições educativas, Garret não deixa de atribuir à hereditariedade e à inteligência inata um papel fundamental na conquista de posições superiores. Eis como ele se coloca:

(...) Os homens mais inteligentes conquistam as posições que exigem melhor treino profissional e técnico, e nelas se mantêm; e os filhos tendem a mostrar-se superiores à média, quando examinados por

²¹ Leon KAMIN, O Grande Debate sobre a Inteligência, p.107.

um teste de inteligência. Além disso, essas crianças gozam de um status sócio-econômico mais elevado, geralmente recebem melhor instrução e vivem em ambiente mais culto. Pelas mesmas razões, os homens menos inteligentes adotam profissões que exigem menor treino e menor instrução, justamente por que /grifo do autor/ são menos capazes intelectualmente. Regra geral, falta a seu lares o estímulo intelectual característico dos grupos mais instruídos, e esta privação, somada a uma hereditariedade também inferior, se reflete nos escores obtidos pelos filhos.²²

Observamos que a tendência acima parece ser a dominante durante toda a primeira metade do século XX²³. Vejamos.

O eugenista Henry Goddard, introdutor do teste de Binet nos Estados Unidos, em 1920, reafirma o ponto de vista sob o qual a inteligência seria um fator fixo e, ao mesmo tempo, determinante da condição sócio-econômica dos indivíduos. Diz Goddard :O caráter fixo dos níveis mentais...causou a condição interminável do pobre degenerado e dos desempregados.²⁴

Também Florence L. Goodnough, autora renomada no âmbito da Psicologia Diferencial, em 1926, escreve, em

²² GARRET, Op. cit., p.349. (grifo nosso)

²³ Embora tenha sido esta a tendência predominante dentro da Psicologia Diferencial, alguns autores, como por exemplo, Klineberg, critica a tendência acima e sugere: (...)A inferioridade aparente dos indivíduos de classes econômicas pobres com toda a probabilidade desaparecerá, à medida que for elevado seu meio cultural e educacional a um nível satisfatório. (Psicologia Social, vol.1., p.273) (grifo nosso)

²⁴ In: Hans Jurgen EYSENCK, O Grande Debate sobre a Inteligência, p.107 e 108. (grifo nosso)

"Racial Differences in Intelligence of School Children",
que:

*Parece provável, em seu conjunto, que o meio inferior seja um efeito da aptidão inferior, pelo menos na mesma proporção em que é causa disto...A pessoa de baixa inteligência tende a gravitar em meio a vizinhos de exigência econômica mínima...Seus filhos herdam suas características mentais.*²⁵

Nesta mesma linha de raciocínio em que se salienta e se privilegia a desigualdade "superior" ou "inferior" como resultante da hereditariedade, do biológico, do natural, temos ainda o célebre educador E. L. Thorndike, em *Educational Psychology*, vol.III, expressando -se da seguinte maneira:

Observando o africano e o europeu, por exemplo, chega -se à conclusão de que o último é superior em intelecto, iniciativa e confiança em si...Do fato de que duas raças se mostram igualmente adaptadas a seu ambiente não se deve concluir que são igualmente bem dotadas, mormente se a segunda raça conseguiu, graças à superioridade de iniciativa, procurar ou criar um meio mais exigente, mas também mais compensador... Os bosquímanos podem possuir um sistema de numeração perfeitamente suficiente para suas necessidades, mas o simples fato de um povo se colocar em um situação que exige o conhecimento da álgebra e do cálculo diferencial já pode ser, em si mesmo, sintoma de superioridade...O simples fato de que determinado teste possa não fazer justiça à aptidão de um

²⁵ Florence GOODNOUGH, *Racial Differences in Intelligence of School Children*. In: Otto KLINEBERG, *Psicologia Social*, vol.2, p.327. (grifo nosso)

*bosquimano pode ser prova da inferioridade deste último.*²⁴

Deste modo, para a Psicologia Diferencial, a existência de diferenças no interior da sociedade moderna não se explica pela sua conjuntura estrutural. Ao contrário, a existência de tais classes é uma decorrência direta das diferenças biológico-naturais existentes entre os homens. A naturalização, portanto, da miséria, da pobreza, da riqueza é, assim, crescente na estrutura da Psicologia Diferencial. Sistemáticamente, a concepção naturalista da desigualdade é cada vez mais absorvida pelo aparato teórico da Psicologia Diferencial. Enfim, ignorando o homem enquanto ser social e analisando - o somente do ponto de vista orgânico, tal concepção sempre reduziu a natureza humana à expressão máxima do biologismo evolutivo, e sob esta perspectiva se desenvolveu até a primeira metade do século XX.

Independentemente da diferenciação que se possa fazer entre os vários ramos do conhecimento (antropometria, antroposociologia e Psicologia Diferencial) verificamos que eles se identificam num ponto: estabelecem uma correlação causal direta entre características anatômico-fisiológicas e a situação econômico-social-cultural do indivíduo. Tudo se explica pelo biológico e toda análise é moldada pelos princípios das ciências naturais. Cristaliza-se a idéia de que o homem independe de leis sócio-humanas e, portanto, a

²⁴ Edwards L. THORNDIKE. Educational Psychology, vol.III. In: GARRET, Op. cit., p.387 e 388.

idéia de que as desigualdades existentes na sociedade independem da história. Em suma, consolida-se a concepção naturalista na análise da realidade social.

B) DA TRADIÇÃO OU NÃO-SUPERAÇÃO DA CONCEPÇÃO DO NATURAL

É no interior do desenvolvimento da concepção biologista do homem que as idéias sobre "aptidão natural" renascem das cinzas. As teses do cristianismo, à época de sua gênese, que falam das *tendências para alguma coisa, definidas "a priori" pela natureza* enquanto criada por Deus, no final do século XIX, ganham novo fôlego.

Este novo fôlego se constitui fundamentalmente em reforçar um dogma agora dessagralizado: o da concepção da natureza humana organizada sem a mão-do-homem. A natureza é vista como previamente limitada por leis, não-divinas mas orgânicas ou genéticas. Do teocentrismo ao biologismo, muda-se apenas de deus. A natureza humana antes concebida como criada por uma entidade abstrata agora é retomada como regulada ou "concebida" por leis físicas, orgânicas, independentes. Em outras palavras, nesta nova definição dada pela psicologia à natureza humana, esta passa a ser equiparada a um fenômeno natural qualquer.

Esta opção teórica da Psicologia é tanto mais digna de nota quanto mais se pode recordar o caminho já percorrido pelo pensamento humano, principalmente quando se tem em conta os conhecimentos fornecidos pela Economia Política Clássica. Como diria Adam Smith na obra *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riquezas das Nações*, no ano de 1776:

A diferença de talentos naturais em diferentes homens é, na realidade, muito menor do que percebemos...A diferença de caráter de um filósofo e de um porteiro, por exemplo, não parece ser devida tanto à natureza, mas ao hábito, aos costumes e à educação. Quando eles vieram ao mundo, e durante os seis ou oito primeiros anos de vida, talvez fossem muito parecidos e nem seus pais nem seus colegas de brincadeiras conseguiriam perceber qualquer diferença marcante. Mais ou menos com esta idade, ou logo depois, eles passaram a se dedicar a ocupações muito diferentes.

(...)

No progresso da divisão do trabalho, o emprego da maior parte dos que vivem do trabalho, quer dizer, da grande maioria das pessoas, acaba sendo limitado a umas poucas operações simples- quase sempre uma ou duas. O entendimento da maior parte dos homens é, porém, necessariamente fruto de seus empregos comuns. O homem que passa a vida inteira executando algumas operações simples e cujos efeitos talvez sejam sempre os mesmos ou bastante parecidos não tem oportunidade alguma de usar sua mente ou de aproveitar sua capacidade inventiva para descobrir expedientes para vencer dificuldades que nunca ocorrem. Portanto, ele perde, naturalmente, o hábito deste esforço e, geralmente, fica tão "burro" e ignorante quanto uma criatura humana o pode se tornar. O torpor de sua mente o torna não só incapaz de entabular ou de manter qualquer conversa racional, como também de conceber qualquer sentimento generoso, nobre ou terno e, conseqüentemente, ter qualquer opinião até sobre muitos deveres rotineiros da vida cotidiana.²⁷

Esta correlação que Smith faz entre trabalho e talento, sendo o primeiro o mobilizador do segundo, é substituída por outra no campo do conhecimento da Psicologia

²⁷ E. K. HUNT, *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. p.83

do Desenvolvimento. A Psicologia do Desenvolvimento, linearmente, vai estabelecer o seu inverso: não é o trabalho social que estimula ou delimita a aptidão. É a aptidão que, determinada pelo biológico, independentemente da mão-humana, define o trabalho ou a situação econômico-social-cultural do indivíduo.

O conceito de aptidão - conceito que significa, em essência, uma certa predisposição genética do indivíduo a ser ou fazer algo - é retomado, agora da tradição do senso comum, pela Psicologia Diferencial a partir da segunda metade do século XIX.²⁰ Conforme esclarece Bisseret, em "A Ideologia das Aptidões Naturais":

(...) As descobertas científicas em biologia vêm alimentar os esquemas de pensamento já estabelecidos, de acordo com os quais a relação entre os fatos biológicos e os fatos psíquicos é de ordem causal, os primeiros explicando os últimos. A genética, que toma um impulso considerável, serve de suporte teórico à

²⁰ Noelle Bisseret, nesta obra, traça um histórico de como o termo "aptidão" sofre transformações diversas em seu conceito, desde o século XV até o presente século. Constatado que "a história da palavra 'aptidão' revela descontinuidades radicais de sentido" a autora analisa, então, o contexto histórico no qual se gerou tais noções. Ao referir-se a análise do termo a partir da segunda metade do século XIX, Bisseret afirma que desde então um ramo da psicologia, a Psicologia Diferencial, se apropria dessa "noção do senso comum" para empregá-la com vistas à interesses extracientíficos, no caso, interesses ideológicos para justificar as desigualdades sociais. Nesta época a "aptidão" passa a ser concebida como de caráter estritamente biológico e hereditário. A difusão de tal idéia pôde ser promovida graças aos grandes avanços e progressos conquistados pela biologia e pela genética. (In: José Carlos DURAND (org), Educação e Hegemonia de Classe, p.31 a 67.

*idéia de transmissão hereditária das aptidões mentais.*²⁹

E é no interior desta perspectiva, em *Hereditary Genius*, que Galton afirma o seguinte:

*(...) pretendo demonstrar, neste livro, que as aptidões naturais humanas são herdadas exatamente da mesma forma como os aspectos constitucionais e físicos de todo o mundo orgânico.*³⁰

Na realidade, a Psicologia Diferencial ao ignorar as teses de Economia Política Clássica não faz isto sozinha. Este comportamento já está presente nas pesquisas antropométricas em moda no século XIX.

Em 1848, Maximilien Parchappe afirmava o seguinte:

*(...) é incontestável que a diferença orgânica que exprime mais seguramente a diferença inata de capacidade intelectual nos diversos indivíduos da espécie humana é a diferença no volume do cérebro, órgão do pensamento. Ora, trata-se de uma característica hereditária e esta semelhança hereditária da prole em relação aos pais não compreende apenas as características físicas e orgânicas como tamanho, forma e cor; estende-se até ao modo de vida, maneira de andar, som da voz, aptidões intelectuais, carácter moral.*³¹

²⁹ Id., *ibid.*, p.47.

³⁰ Francis GALTON, *Hereditary Genius*, 1869. In: Maria Helena Souza PATTO, *A Produção do Fracasso Escolar*, p.435. (grifo nosso)

³¹ Maximilian PARCHAPPE, *Histoire physique de l'homme*, Paris, 1848. In: Noelle BISSERET, *A Ideologia das Aptidões Naturais*, p.40.

Em suma, as investigações científicas realizadas pela antropometria vão servir de inspiração ou de apoio para o então ramo da Psicologia, a Psicologia Diferencial. Partia a antropometria do pressuposto de que as diferenças entre as capacidades intelectuais eram determinadas não só pelas aptidões herdadas dos pais, mas também pelo tamanho do cérebro de cada pessoa.

A equiparação da "aptidão" a outros fenômenos orgânicos, físicos é coerente com a postura teórica geral da Psicologia Diferencial de subordinar suas análises aos princípios das ciências naturais, e de reforçar, desta maneira, a concepção de homem natural, biológico que se opõe à concepção do ser social do materialismo histórico.

Ao considerar que, distribuindo-se espontaneamente pela sociedade, pelo processo de seleção natural, esse homem biológico estabelece, por sua capacidade física ou pela desigualdade natural, a hierarquia existente em qualquer formação social, as ciências naturais atribuem um caráter eterno à desigualdade social e oferecem, dessa forma, uma contribuição teórica para a preservação da sociedade contemporânea.

Sem questionar, portanto, os fundamentos da sociedade onde deverá atuar, a Psicologia Diferencial irá se apropriar cada vez mais do conceito de aptidão natural de maneira a atribuir-lhe o estatuto de categoria científica. Desde então, a noção de "aptidão" passa a ser reiteradamente avocada para auxiliar os trabalhos dos teóricos e práticos

das áreas de seleção profissional e educacional. Tal noção é solicitada, sobretudo, para auxiliar os educadores na formulação de projetos de reforma do sistema de ensino.³²

Norteando as preocupações dos profissionais ligados à área educacional e engajados na busca de soluções para os problemas escolares como, por exemplo, o problema do elevado número de repetência escolar, o estudo das aptidões naturais torna-se a grande esperança.

Como bem observou Patto, *Medir as aptidões naturais tornara-se o grande desafio que os psicólogos se colocavam na virada do século*³³, e nos cinquenta anos posteriores.

E é assim que, em 1904, o Ministério de Instrução Pública da França, alarmado com a reprovação em massa que ocorria nas escolas públicas oficiais, convida Alfred Binet (1875-1911) para compor a comissão encarregada de investigar as causas do problema e sugerir propostas de solução prática para o mesmo. Assim, após um ano de estudo metuculoso, Binet e seu colaborador Théodore Simon não só chegam à conclusão de que são as diversidades de aptidões individuais que provocam as desigualdades no ritmo e no nível de aprendizagem escolar, mas desenvolvem também a primeira escala de inteligência para diagnosticar e medir as aptidões individuais.

Contando com o auxílio da Escala Binet-Simon, as investigações acerca das diferenças individuais iniciam um longo e fértil período de desenvolvimento, o que permite à

³² BISSERET, Op. cit., p.32.

³³ PATTO, Op. cit., p.443.

Psicologia Diferencial vivenciar uma época gloriosa, gozando de grande prestígio mundial durante várias décadas, sobretudo no período entre as duas grandes guerras mundiais.

Participando deste clima de euforia intelectual, um outro nome se consagra: o de Edouard Claparède (1873-1940) . Contemporâneo de Piaget e seu colega no Instituto Jean-Jacques Rousseau, torna-se, no dizer de Patto, um autor obrigatório entre as obras de referência usadas por psicólogos e pedagogos voltados para o estudo e a mensuração das diferenças individuais de rendimento escolar em todo o mundo³⁴. O século XX presencia, assim, através das preocupações teórico-práticas desses autores, a esperança de transformar a escola em uma instituição bem sucedida, com base apenas, em conhecimentos que tratam as desigualdades entre os indivíduos como fenômenos típicos da própria natureza.

Partindo do pressuposto de que existe, de fato, diversidade entre um homem e outro e defendendo a idéia de que é preciso dar atenção pedagógica especial ao indivíduo ("diferente") para se criar as condições favoráveis ao seu livre desenvolvimento, Claparède publica, em 1920, *A Escola sob Medida*. Mais tarde, em 1924, dando continuidade a seus estudos, e objetivando não só descrever como se processa o diagnóstico da aptidão, mas também demonstrar a sua importância para a seleção profissional, Claparède edita o trabalho *Como Diagnosticar as Aptidões dos Escolares*,

³⁴ Id., *ibid.*, p.443.

trabalho este que irá influenciar toda uma geração de educadores.

Embora Claparède tenha publicado esses trabalhos meio século após Galton ter afirmado ser a aptidão um fenômeno natural e hereditário comparável a uma manifestação qualquer dos "aspectos constitucionais e físicos de todo o mundo orgânico", seu ponto de vista em nada diverge do ponto de vista do pai da Psicologia Diferencial. Muito pelo contrário, a posição de Claparède não só reforça a concepção naturalizante acerca da aptidão, como também acrescenta a ela novos adjetivos que contribuem para sua melhor definição. Diz ele:

(...) uma aptidão é uma disposição natural a comportar-se de certa maneira, a compreender ou sentir de preferência certas coisas ou a executar certas espécies de trabalho (aptidão para a música, para o cálculo, para as línguas estrangeiras, etc.).

(...) é preciso levar em conta as diferenças de aptidões, porque ir contra o tipo individual é ir contra a natureza.³⁵

Assim, este autor considera "aptidão" como uma predisposição do indivíduo para desenvolver diferentes atividades físicas e psíquicas, como por exemplo: "la inteligencia", "la comprensión de las matemáticas ", "la música ", "la habilidade motriz, la fuerza muscular ", a adaptação do indivíduo "a um medio social dado ", "la

³⁵ Edouard CLAPARÈDE, A Escola sob Medida, p.140, 141 e 149.
(grifo nosso)

memória ", etc.³⁶ Atividades que se bem exploradas iriam garantir vantagens para o individuo e para a sociedade. Vantagens que obtidas através da "concorrência", resultariam na "preservação do desigual", e certamente, na felicidade individual!. Por isso, que tal ou qual predisposição natural a ser desenvolvida por diferentes treinamentos é sempre analisada, por Claparède, a partir de uma escala de metrificação, através da qual se mede a eficiência e a produtividade do individuo no desempenho ou desenvolvimento dessas mesmas atividades físicas ou psíquicas.³⁷

Explicita-se, portanto, o objetivo da Psicologia Diferencial na sociedade contemporânea. Associando-se a aptidão natural - hereditária - com a preocupação com o rendimento do individuo em determinada função social, a Psicologia Diferencial se encarrega de prever e medir as diferenças individuais e adaptá-las às várias atividades da vida contemporânea, de forma a garantir um desempenho mais eficiente.³⁸

Sem uma ruptura na fundamentação teórica, a Psicologia Diferencial do século XX acrescenta aos conhecimentos do século XIX um "objetivo democrático": aceitar a pluralidade das diferenças naturais entre os homens encaminhando-as para uma maior rentabilidade no universo social. Deste modo, o individuo desenvolveria ao máximo suas potencialidades na proporção direta de seu

³⁶ -----, *Cómo Diagnosticar las Aptitudes en los Escolares*, p.21.

³⁷ Id., *ibid.*, p.21.

³⁸ Leandro da Silva ALMEIDA, *Teorias da Inteligência*, p.18.

ajustamento ao meio. Isto é coerente com o método pelo qual se toma a Psicologia Diferencial. É coerente com a especialização (e não com a totalidade do conhecimento) que haja uma separação entre indivíduo e meio social. Quando esses teóricos pensam em medir as aptidões individuais para melhor adaptá-las ao meio social jamais questionam esse próprio meio.

Nesse sentido é interessante registrar que esse "meio social" a que eles se referem nada mais é, desde o final do século XIX, do que a própria sociedade mergulhada na crise geral. É curioso que, exatamente neste momento, a Psicologia entra em cena propondo medidas eficazes para adaptar o homem aos marcos institucionais dessa sociedade em crise.

Mais curioso é que, à medida em que se aguçavam as crises, no século XIX e no início do século XX, acentuava-se igualmente, no interior da Psicologia Diferencial, a preocupação com a metrificação das desigualdades do homem.

Tanto isto é real que, justamente nos Estados Unidos, país onde a bancarrota se estabelece claramente lançando à rua milhares de desempregados, é que vamos assistir uma surpreendente expansão da Psicologia Diferencial, expansão que pode ser notada através da proliferação dos testes. E é justamente através da figura do norte-americano James Mackeen Cattell (1860-1944), contemporâneo da grande depressão de 1873-1895, que vai se desenvolver uma

psicologia metrificadora de caráter explicitamente adaptativo.³⁹

Retomando com entusiasmo a tese de Galton de que existe uma correlação positiva entre a capacidade intelectual e o fator hereditário, Cattell direciona seus estudos objetivando verificar o papel da inteligência no processo de ajustamento do homem ao meio. Com tal objetivo, Cattell desenvolve, finalmente, novos instrumentos visando determinar a variabilidade das diferenças individuais: os testes mentais.

O interesse crescente da Psicologia Diferencial pelo ajustamento do indivíduo segundo aptidões particulares, leva-a a aperfeiçoar determinados instrumentos capazes de "captar" a priori o potencial natural do sujeito. Assim, o progresso alcançado pela psicometria abre a perspectiva para a realização de diagnósticos precoces visando a intervenção prévia e profilática nos problemas sociais, sobretudo no âmbito da educação.

Aqui, a questão prática que se coloca para a Psicologia Diferencial é o sério problema de repetência escolar, que se torna um fenômeno assustador dado o elevado número de alunos reprovados. Na medida em que ela ignora o contexto histórico em que foi gerado o problema e volta sua preocupação para o estudo do indivíduo que aparentemente apresentava dificuldades de aprendizagem, sua prática não tem outro desfecho senão produzir uma justificativa teórica

³⁹ RUDOLFER, Op. cit., p.121 e 122.

que atribui a repetência em massa - portanto, um fenômeno social geral - , a causas de ordem puramente individual.

Na realidade, do nosso ponto de vista, a discussão desse fenômeno deveria ser feita levando-se em consideração o próprio movimento social do século XIX,⁴⁰ que, após duras batalhas, tornara a escola uma das grandes conquistas da classe trabalhadora. A medida em que a classe operária passava a integrar o contingente de alunos, a educação escolar em massa passava a colocar o problema das diferenças de desempenho provocadas pelas próprias diferenças de condição econômico-social. Porém, contrariando a natureza reveladora dos fatos e ignorando as explicações histórico-sociais do homem e da sociedade, a Psicologia Diferencial não encara tais diferenças humanas como diferenças sociais, mas sim como diferenças biológico-naturais, embora, na década de 70, estudos preocupados com esta questão comecem a aparecer.

Dessa forma, a Psicologia Diferencial fortalece-se ainda mais com a oportunidade concreta de intervir na escola

⁴⁰ Embora não tenham realizado nenhuma análise considerando a integração da classe trabalhadora aos bancos escolares como um dos fatores preponderantes na questão da repetência escolar em grandes proporções, L.L. THURSTONE et alii tocam, fugazmente, no problema da educação em massa:

Las primeras escalas mentales fueron creadas para niños que, debido a sus niveles mentales inferiores, no podrían obtener provecho de la situación normal. Dado el rápido incremento que experimentó la educación escolar en masa durante las últimas décadas, era de esperar que los programas de tests aumentaran en importancia dentro de los sistemas educacionales. (L.L. THURSTONE et alii, La Medicion de la Inteligencia, la Aptitud y el Interes, p.14 e 15. (grifo nosso)

e adquirir, em consequência, uma intimidade crescente com a questão das diferenças individuais versus educação a partir dos últimos anos do século XIX. Com efeito, na entrada do século XX, precisamente em 1905, Binet e Simon reafirmarão o novo caminho que estava sendo tomado pela Psicologia Diferencial através da criação da primeira Escala Métrica de Inteligência.

Com a criação da Escala Binet-Simon objetivam-se, enfim, o que até aquele momento era uma simples expectativa, ou seja, concretiza-se, finalmente, o projeto de predizer e adequar o comportamento do indivíduo às tarefas da vida para se obter um maior rendimento, maior eficácia:

Diz o professor Mira Y Lopez que hoje só seleciona mal quem faz tábula rasa dos recursos psicotécnicos disponíveis. Quer se trate de selecionar recepcionistas, dirigentes de grandes empresas, gerentes de fábrica, Chauffeurs de lotação, pilotos de provas, atuários, geólogos ou dermatologistas - há meios profissionais seguros, comprovados, específicos para descobrir os melhores candidatos. As baterias de testes psicológicos, muitos dos quais ainda em etapa de experimentação, outras provavelmente mantidas em segredo, permitem a busca e descoberta do "right man for the right place" na grande maioria dos casos.⁴¹

Nota-se, portanto, que a Psicologia Diferencial percorre a seguinte trajetória: nasce com a preocupação de estudar a herança biológica das aptidões; cresce procurando

⁴¹ Ruth SCHEEFER, Introdução aos Estudos Psicológicos, p. XII (grifo nosso)

demonstrar empiricamente a existência das desigualdades individuais; fortalece-se prometendo identificar previamente em qual tarefa o indivíduo mais se ajusta e mais produz; e, finalmente, consolida-se enquanto novo ramo da ciência ao apologizar a busca do "right man in the right place".

Ao buscar o "homem certo para o lugar certo", a Psicologia Diferencial parte da premissa de que os homens apresentam características psíquicas diferentes entre si. Assim, para ela, há aqueles que, segundo a sua natureza, têm uma maior aptidão para desempenhar determinadas atividades. Consequentemente, a Psicologia Diferencial atribui a si mesma a tarefa de prever e adaptar o comportamento do sujeito às condições compatíveis a essa natureza.

Na realidade, o aperfeiçoamento do teste psicológico, culmina por concretizar o velho sonho da Psicologia Diferencial de selecionar o mais apto por intermédio do estudo da variação individual,⁴² interferindo, de forma significativa na formação social.

A Psicologia Diferencial, de fato, se ocupando inicialmente com o estudo da variação individual a fim de selecionar o mais "apto", coerente com suas bases teóricas de caráter biológico, acaba por compartilhar com Gobineau (1816-1882) o ponto de vista que procura explicar o processo de degradação da espécie humana como uma consequência do cruzamento entre "homens eminentes" e "homens incapazes", entre "seres superiores" e "seres inferiores". A Psicologia

⁴² (...) a variação individual começou a ser estudada para verificação do mais apto. (RUDOLFER, Op. cit., p.78)

Diferencial, como pensa Bisserset, discriminando os "inteligentes" dos "imbecis" termina por propor o cruzamento entre os homens do mesmo nível.⁴³

Crente fervoroso da tese da transmissão hereditária da capacidade mental e disposto a impedir a falência da raça humana, Galton empenha-se devotadamente à fundação da tese da eugenia.⁴⁴ Em 1833 propõe uma ciência da hereditariedade, a eugenia, que veio resultar na criação da revista *Biometrika*. Posteriormente, em 1901, cria o Laboratório de Eugenia no University College de Londres e, em 1904, funda uma organização para apregoar a política de cruzamento seletivo a fim de manter as reservas intelectuais.

Na incansável batalha a favor da implantação da política de eugenia, Galton passa a encorajar o aumento da taxa de natalidade dos considerados "eminentes" e desencorajar a reprodução dos chamados "incapazes":

O interesse fundamental de Galton era encorajar a produtividade dos mais eminentes ou capazes, e desencorajar a

⁴³ BISSERET, Op. cit., p.44 e 45.

⁴⁴ Patto, tomando a essência dos trabalhos de Galton assim os resume: Os objetivos de Galton, contudo, iam mais longe do que a mera comprovação do caráter genético das capacidades psíquicas individuais; estava em seus planos interferir nos destinos da humanidade através da eugenia, ciência que visava controlar e dirigir a evolução humana, aperfeiçoando a espécie através do cruzamento de indivíduos escolhidos especialmente para este fim. Ao que tudo indica, este propósito encontrou receptividade na comunidade científica durante um bom tempo. A própria Anne Anastasi, a maior compiladora das pesquisas e idéias vigentes na psicologia diferencial até meados do século vinte, não teve problemas em identificar Galton com a eugenia e em defini-la como ciência na primeira edição do seu clássico *Psicologia Diferencial*, em 1937. (PATTO, Op.cit., p.437.

*taxa de natalidade dos incapazes. Para ajudar a realizar esse objetivo, ele fundou a ciência da eugenia e argumentou que a raça humana, tal como o gado, poderia ser aperfeiçoada por seleção artificial. Acreditava que, se homens e mulheres de consideráveis talentos fossem selecionados e acasalados geração após geração, uma raça sumamente talentosa de pessoas seria o resultado final.*⁴⁵

Observando o percurso intelectual de Francis Galton, notamos que ele se notabilizou por inúmeros trabalhos voltados para a formulação da "ciência eugênica", ciência esta que tinha no aperfeiçoamento racial seu objetivo principal.

A idéia de explicar o comportamento e a posição social do indivíduo a partir de sua carga ou herança genética não é um privilégio teórico da Psicologia Diferencial, neste período que estamos tratando; ao contrário, tal idéia é patrimônio de várias ciências e ramos do conhecimento, tais como a sociologia, a antropologia, a medicina, a literatura, etc., que de "mãos dadas" encaminham uma postura prática contrária à outra que, desnaturalizando as relações sociais, se desenvolve em paralelo com base na história.

A prova de que essa tese biológica sobre o comportamento humano constitui um patrimônio teórico do conjunto de várias ciências ou disciplinas encontra-se na grande quantidade de publicações de médicos, antropólogos e criminalistas, os quais procuram explicar a causa da

⁴⁵ Duane SCHULTZ, *Histórias da Psicologia Moderna*, p.133.

delinquência de uma única maneira: através do fator biológico individual. Temos, dessa forma, na Alemanha, a obra *Biologie und Kriminalistik* (1874), de Benedikt; na Itália, a obra *L' Imputabilita umana* (1877), de E. Ferri; e, finalmente, ainda na Itália, a obra *L' uomo delinquente* (1876), de Lombroso. Esta última que é a mais famosa de todas e adquire tal fama defendendo justamente a tese do "criminoso nato", não seria possível caso fosse considerado o veio aberto pela Economia Política Clássica, ou, por excelência, pela crítica à Economia Política Clássica feita por Marx e Engels a partir de 1843, onde a concepção de natureza humana toma outra dimensão.

Assumindo também a concepção do natural, na última parte do século XIX, por exemplo, o célebre criminalista Cesare Lombroso provocou verdadeiras polémicas ao estabelecer uma relação causal entre a criminalidade e as características físicas ou anatômicas. Ensaçando descobrir quais os traços gerais indicadores de indivíduos com propensão inata para o crime, Lombroso fórmula sua teoria geral da natureza atávica do criminoso, cuja receptividade no mundo conturbado por crises cíclicas foi grande.

Esses traços, indicadores do atavismo, também conhecidos por "estigmas da degeneração", foram descritos da seguinte maneira por Lombroso em *Crime, Its Causes and Remedies* (1911) :

(...) prognatismo, cabelos lanudos, barba escassa, oxicefalia (cabeça alta, pontuda), olhos oblíquos, ossos da face

*proeminentes, arcada supra-orbital proeminente, testa fugidia, cabeça anormalmente grande ou anormalmente pequena, cabeça comprida ou estreita, palato alto, pontudo, orelhas grandes, características do sexo oposto e assimetrias do crânio, cabeça ou corpo.*⁴⁶

O prognóstico do comportamento delinqüente, apoiado apenas nos traços físicos, biológicos, foi também preocupação de vários outros autores, exatamente quando os meios de comunicação revelavam cada vez mais o crescimento social da miséria no início do século XX.

Na Inglaterra, Charles Goring, em parceria com o biometricista Karl Pearson, desenvolvem estudos nesse sentido, reforçando a concepção acima. Os resultados desse trabalhos foram publicados, em 1913, em *The English Convict*.

Temos, ainda, Galet atribuindo a origem da delinquência aos defeitos degenerativos nas orelhas, enquanto que, Vervaeck centraliza seus argumentos no aspecto da estatura e da robustez "muito acima da média". Já para Schlapp, Reynolds e Berman o desequilíbrio glandular, as tireóides anormais é que seriam os responsáveis pela criminalidade.

Ao realizar um breve balanço bibliográfico a respeito desse tema, Otto Klineberg ao se referir a Berman diz:

(...) BERMAN chega a vincular propensões criminosas específicas a diversos diagnósticos glandulares. Em seu esquema, por exemplo, os ladrões, os trapaceiros e

⁴⁶ Cesare LOMBROSO. *Its Causes and Remedies*, 1911. In: Otto KLINEBERG, *Psicologia Social*, vol. 2., p.436 e 437.

os mentirosos são do tipo pituitário; os perversos e os exibicionistas, do tipo supra-renalico; os casos de assaltos impulsivos são devidos à atividade excessiva da paratireóide, etc...⁴⁷

Quando, ao final da década de 1930, a teoria de Lombroso parecia ter sido superada, sobretudo, pelas severas críticas negativas recebidas, ela foi novamente revivida por influências das pesquisas de E. A. Hooton, de Harvard, em *Crime and the Man*. Debruçando sobre os estudos de Hooton, Klineberg assim o sintetiza:

(...) considerando provável que os traços físicos e mentais de um indivíduo, ambos devidos à hereditariedade, possam associar-se entre-si e que os traços físicos possam, portanto, fornecer pistas para a mentalidade e a disposição. Se tal relação pudesse ser estabelecida, seria de utilidade prática para a apreensão e identificação de criminosos, no exame de pessoas suspeitas pela forma do corpo, e para providenciar uma base melhor para a seleção de imigrantes.⁴⁸

O desfecho das pesquisas de Hooton leva-o, ele próprio à seguinte conclusão:

(...) seja lá o que for o crime, ordinariamente brota de um organismo deteriorado... Pode-se dizer que isto equivale a uma declaração de ser a inferioridade biológica a causa primária do crime- e é exatamente isto que eu quis dizer.⁴⁹

⁴⁷ Id., *ibid.*, p.438.

⁴⁸ Id., *ibid.*, p.438. (grifo nosso)

⁴⁹ E .A. HOOTON. *Crime and the Man*, 1939. In: KLINEBERG, *Op.cit.*, p.439. (grifo nosso).

Finalmente, nesta mesma tendência teórica, temos a "tipologia constitucional" de W.H. Sheldon que toma o fator personalidade como sendo determinado pela constituição corporal. Vemos, assim, este autor também reafirmar a tese de que existe uma relação íntima entre o comportamento e o caráter biológico.

Tomando a essência do pensamento de todos os autores acima mencionados, verificamos que o princípio comum que mantém a unidade entre eles é a ênfase no aspecto natural e biológico como argumento explicativo do comportamento dos homens.

Embora Galton estivesse mais preocupado com o "homem eminente" o pressuposto do qual parte, é o mesmo da "teoria do criminoso nato".

Há que se lembrar que não obstante a tese biológica sobre a desigualdade não apresentasse um explícito sentido racista, não deixará, todavia, de oferecer elementos essenciais que posteriormente virão contribuir para a formulação das teses raciais. Conceitos como "inteligência inata", "superioridade", "aptidão" transformam-se, posteriormente, numa arma de luta para justificar a sociedade de classe e a dominação de um povo ou de uma raça sobre outra. No século XX, com efeito, assistiremos o fortalecimento das teses biológicas sobre o "desigual superior" por ocasião da ascensão do fascismo na Itália (1922) e do nazismo na Alemanha (1933).

Considerando que nosso objetivo é analisar as condições históricas que permitiram o nascimento da Psicologia Diferencial, bem como de seus pressupostos norteadores, não abordaremos neste trabalho a discussão sobre as teses racistas que influenciaram a Psicologia Diferencial. Nem nos deteremos em aprofundar os "exageros" a que essas diversas ciências chegaram no século XX porque, para nós o mais importante até aqui consistiu, principalmente, em identificar ou precisar o eixo dessas distorções conceituais. Eixo que sustenta todo o raciocínio desenvolvido pela Psicologia Diferencial de seu nascimento à sua crise.

Identificado o eixo ou a concepção de homem e de mundo que dá suporte aos conhecimentos da Psicologia Diferencial desde o momento de sua origem, pode-se deduzir que os fundamentos que sempre lhe serviram de suporte jamais foram objeto de preocupação da Psicologia, como se pode constatar no primeiro capítulo deste trabalho através das críticas já feitas aos testes. Pode-se deduzir, também que nunca o serão enquanto a Psicologia Diferencial for a expressão de um saber que assume a especialização ou a parcialização do conhecimento como pressuposto para constituir-se como ciência.

A naturalização do histórico, não sendo objeto de preocupação da Psicologia pelos limites das próprias questões que formula e do próprio método que usa, torna questões fundamentais para esta ciência totalmente

desinteressantes para ela mesma. Abrindo mão da herança legada pela História, pela Filosofia, pela Economia, atribui à outras ciências problemas que seriam de seu universo teórico, caso não assumisse uma postura singular e limitada.

Ao transferir problemas prático-teóricos para outras áreas de conhecimento, a Psicologia não consegue considerar como sua questões como: por que a Psicologia Diferencial surge em um momento de crise social e se desenvolve em oposição à base material com a qual deveria estar relacionada? Por que a Psicologia Diferencial desenvolve, ao longo de tantos anos, todo um instrumental para encontrar o "right man for the right place" quando a sociedade se defronta com o desemprego crescente oportunizado fundamentalmente pela mecanização histórica do trabalho?

CAPITULO III

A PSICOLOGIA DIFERENCIAL EM SEUS LIMITES

Retomando os capítulos anteriores, nos quais se recuperou o desenvolvimento da Psicologia Diferencial, tem-se que tal percurso nos deu o conceito de *homem natural* com o qual esta ciência trabalha, as questões do século XIX ao século XX que mais preocuparam a Psicologia Diferencial e o *método* que corresponde a este campo de conhecimento.

Esta retrospectiva histórica apontou ainda que a Psicologia Diferencial ao se tornar um ramo autônomo da Psicologia, deliberadamente afasta-se do princípio original de sua ciência-mãe. Abandonando assim a descrição geral do comportamento, em contrapartida se fixa nos problemas das diferenças individuais.

Buscando conhecimentos sobre a variabilidade entre os homens através de abordagens estatísticas, aprofundando-se na discriminação das diferenças, imperfeições e da degenerescência humana, a Psicologia Diferencial se desenvolve fazendo muitas relações com base na biologia ou na genética.¹

¹ Apontando para uma das graves distorções que a Psicologia Diferencial provocou ao estabelecer relações entre diferenças individuais e genética, mais seguramente entre inteligência e hereditariedade Steven Rose faz à Psicologia Diferencial inúmeras contestações. A este

Acompanhando a trilha da Psicologia Diferencial notou-se ainda que os problemas considerados relevantes pela Psicologia Diferencial ao longo de seu desenvolvimento, em coerência com sua fundamentação orgânica, privilegiaram: a) a relação *inteligência & hierarquia profissional*, b) a relação *aptidão natural & desigualdade*, e, c) a relação *desigualdade & adaptação produtiva e eficiente*.

Com uma intenção social, preocupada com a *hierarquia profissional*, com a *desigualdade*, com a *adaptação ao meio*, que só tem sentido no interior de uma dada civilização, a Psicologia trata estes assuntos humanos sem levar em consideração a própria dinâmica da sociedade na qual está inserida.

Ignorando sua estrutura, sua organização, seu funcionamento, ignorando a forma como esta sociedade produz, ignorando o significado das crises, desconhecendo as causas de desemprego, abrindo mão de outras ciências que tratam do *homem em sociedade*, a Psicologia não se questiona sobre suas próprias limitações no afã de procurar o "right man for the right place".

Insistindo em manter-se atrelada aos limites demarcados pela divisão do saber, a Psicologia Diferencial não consegue superar a si própria. Seu campo de investigação, suas reflexões limitam-se ao âmbito dos problemas já por ela estudados. Seus ensaios de crescimento

se reduzem, portanto, a tentativas de sempre percorrer velhos lugares conhecidos.

Sem questionar a teoria original de que se apropriou, e cuja discussão deveria ser, a nosso ver, o ponto de partida para se repensar a Psicologia Diferencial sob novos parâmetros, o que se tem na literatura são críticas sem nenhum conteúdo novo. As queixas levantadas especulam sempre com o problema do preconceito contra os testes, da falta de criatividade no enfrentamento deles, das concepções exclusivamente quantitativas dos psicólogos, das atitudes extremistas e radicais, dos testes mal elaborados ou preconceituosos, da validade ou fidedignidade dos mesmos, etc.. Sempre se atribui à técnica e ou à ética as causas de seu descrédito.

Embora a questão acima tenha sido extensamente explorada no primeiro capítulo, a conferência ministrada por Wedher Wanderley, no IV Encontro Nacional de Psicólogos e Profissionais de Ciências Sociais ilustra tão bem essa tentativa da Psicologia Diferencial de apenas reformar o que já foi visto, que não tivemos como nos furtar de sua apresentação. Diz ele:

Nos últimos vinte anos, alguns autores têm realizado extensos levantamentos dos resultados obtidos com os testes de aptidão e de personalidade utilizados em Seleção de Pessoal. São particularmente notáveis:

a) A pesquisa de Ghiselli, publicada em 1973, resumindo os resultados obtidos com os testes de aptidão e de personalidade durante o período de 1920 a 1971.

b) O levantamento realizado em 1972, por Dunnette, referente à utilização dos testes de aptidão na indústria de refinação de petróleo.

c) O trabalho de R. Guion e Gottier, apresentado em 1965, resumindo as pesquisas referentes ao emprego dos testes de personalidade em Seleção de Pessoal, publicado no *Jornal of Applied Psychology* e no *Personnel Psychology*, no período de 1952 a 1963.

d) Análise realizada por Justin Schlegel, publicada em 1969, sobre as diversas pesquisas levadas a efeito até então, relativas ao uso do teste de Rorschach em Psicologia Industrial.

A conclusão, que se pode tirar desses e de outros estudos, é que estivemos orientando nossas pesquisas em Seleção de Pessoal, durante todos esses anos, em direção a uma miragem. Realmente, os resultados obtidos não são, de forma alguma, consistentes com a quantidade de trabalhos realizados; com o prestígio que, em certo momento, os testes psicológicos chegaram a adquirir; com o tempo a eles dedicado; e, muito menos, com a elaborada tecnologia estatística, em torno deles, desenvolvida.

Mas, por que tantos se enganaram durante tanto tempo?²

Sem reproduzir toda a crítica, mas dela nos apropriando para fins de exemplo, podemos dizer que em nenhum momento, encontramos no interior da própria Psicologia uma demonstração de interesse em explicar a base material que gerou a necessidade, a esperança e, até mesmo, a atual crítica dos testes. Em nenhum momento encontramos

² Wedher WANDERLEY "Os Testes Psicológicos em Seleção de Pessoal: críticas atuais ao emprego dos testes psicológicos em seleção de pessoal", p. 347-349

qualquer interesse em explicar como e por que a psicologia propõe-se competente para alocar homens para o trabalho quando, sequer, se aprofunda no que venha a ser o trabalho na história da humanidade. Em nenhum momento encontramos na Psicologia - que se detém sistematicamente na diferenciação entre os indivíduos no interior de uma sociedade de classes - qualquer interesse em por em discussão a questão histórica da igualdade entre os homens. E é com base nestas críticas que se pretende encaminhar este capítulo.

A) DA RELAÇÃO ENTRE NECESSIDADES MATERIAIS E
INTERESSES TEÓRICOS.

Neste capítulo o objetivo proposto é tentar compreender, em sua dinâmica mais geral, a realidade social que dá sustentação aos interesses firmados pela Psicologia Diferencial. Pretende-se entender, melhor dizendo, no que ela se assegura para fazer defesas de suas assertivas, uma vez que estas parecem caminhar em direções opostas às tomadas pela vida.

Para formulação desta questão, partimos do pressuposto de que as preocupações humanas e as necessidades materiais de uma determinada época mantêm entre si, uma correspondência. Acreditamos que quando o pensamento e as idéias começam a povoar o cérebro dos homens, é porque já despontaram na vida real como uma questão a ser resolvida. Caso contrário, as idéias seriam meras fantasias. Isto porque o pensamento está em relação íntima com os acontecimentos da realidade aos quais o conhecimento científico tem condições de ajudar, dentro de certas limitações, evidentemente, no encaminhamento dos problemas práticos da sociedade.

O conhecimento científico se caracteriza, assim, por propostas teóricas que podem ser realizadas, executadas, pois, as condições de sua implementação estão previamente conhecidas, e, por isso mesmo, já asseguradas para o processo ser bem sucedido. Assim é que o êxito na

aplicação dos conhecimentos científicos só se daria caso este conhecimento científico tivesse entendido o desenvolvimento da sociedade; caso se amparasse em conhecimentos que deixassem claro as tendências objetivas de desenvolvimento da sociedade.

Portanto, o conhecimento da sociedade, o conhecimento da vida dos homens em seu conjunto, é fundamental para qualquer tipo de saber que se proponha a oferecer subsídios para uma vida melhor, mais produtiva ou mais feliz. É imprescindível uma série de informações que dêem conta do desenvolvimento da forma de viver dos homens, das suas necessidades práticas, da sua produção, para que o saber considerado relevante possa ser útil.

E, pois, condição prioritária para a psicologia não ficar à margem do conhecimento sobre o Trabalho que assegura aos homens a sua possibilidade de sobrevivência.

Seria aqui interessante observar que, desde o momento em que os homens abandonam a noção de Deus para explicar as questões da própria vida humana, a categoria trabalho, uma vez desenvolvida enquanto objeto científico, jamais saiu das investigações dos pensadores preocupados em intervir nos problemas sociais. Vemos assim, nas formulações de Marx, que é através do trabalho que o homem produz e reproduz a si mesmo; é através deste que ele garante a sua subsistência e dá continuidade à espécie. E vai mais longe ainda ao sustentar a tese de que foi através do trabalho que os homens se distinguiram dos animais ao produzirem as suas

próprias vidas. Aliás, este pensamento não é original em Marx, tendo sido já defendido por Mac Culloch (1789-1864), célebre economista escocês, em 1825 em seus *Principes D'Economie Politique: Le travail est le talisman qui a tiré l'homme de la condition de sauvage.*

Portanto o trabalho concreto realizado em uma época definida deveria ser um dos pontos de partida para aquele conhecimento que se propõe a precisar um arsenal de recursos com a finalidade de alocação correta do homem certo para o lugar certo.

A abordagem que segue tentará romper com os limites das críticas feitas até agora à Psicologia Diferencial e partirá de dados da atualidade que apresentam estatísticas sobre o mundo do trabalho.

B) DOS DADOS "IGNORADOS"...

O conhecido escritor, humorista e cronista brasileiro Luiz Fernando Veríssimo, em 18 de maio de 1988, apresenta na Revista Veja, ao invés de sua crônica costumeira, uma montagem fotográfica na qual aparece um maestro avisando aos componentes da orquestra que todos estão desempregados porque foi comprado um sintetizador. Transcorrido três anos, em 25 de janeiro de 1991, com o artigo "Piano informatizado dispensa o concertista", publicado no Jornal Folha de São Paulo, a idéia da substituição de músicos pela ciência ganha espaço científico:

Pianistas no Brasil logo poderão tocar, sozinhos, peças a quatro mãos. Em março, o fabricante ... de pianos trará um dos raros exemplares de sua linha de pianos computadorizados, capazes de repetir com fidelidade virtualmente absoluta qualquer execução tocada neles. (...) A repetição é tão precisa que a Academia Real de Música de Londres comprou um dos 26 exemplares existentes (...). Um concerto ao vivo pode ser gravado e reproduzido sem nenhum som estranho à peça e pode ser reapresentado em auditório futuramente -- sem a presença do músico.³

Com os dois exemplos acima mencionados não queremos evidentemente discutir a questão da música, mas tão somente apontar para a tendência crescente, também no âmbito

³ Folha de São Paulo, 25/01/91, Ciência 63. (grifo nosso)

musical, da substituição do homem em suas atividades pela máquina ou pela técnica.

Ainda, no Brasil, na década de 80, no bojo das lutas políticas que pleitavam eleições diretas, o tema do desemprego foi um dos mais discutidos. A sociedade civil já preocupada com o aumento acelerado da população inativa, recebe atônita dados expressivos sobre emprego, subemprego e desemprego coletados pela pós-literatura do *Milagre Econômico*. Enquanto se realizavam balanços sobre a população economicamente ativa no país desde o período de Juscelino Kubitschek, a Psicologia, por seu turno, reafirmando a sua tradição de não se imiscuir em questões de outras áreas, inicia as mais contundentes críticas à construção e à aplicação de testes psicológicos.

Há que se lembrar que todas essas reflexões sobre o trabalho e o não-trabalho, levantadas principalmente no último terço deste século, embora parecendo originais, não são absolutamente inéditas. Através de cálculos estatísticos, por intermédio de dados irrefutáveis, retoma-se a tese marxista da abolição do trabalho (nos moldes capitalistas), em função do desenvolvimento das forças produtivas.

Muito embora tenha se desacreditado tal teoria, muito embora contra ela tenham se insurgido economistas e intelectuais, os dados sobre o desemprego expostos são de uma evidência impar que impedem falsas interpretações do real.

Os registros sobre o desenvolvimento de uma sociedade que pode se dar ao "luxo" de deixar, num crescer progressivo, milhares de homens fora da produção, demonstrando com isso, que os trabalhadores estão se tornando desnecessários, atestam que a sociedade do não-trabalho se concretiza (ou, concretizou). Vemos assim as razões pelas quais, Keynes, o grande economista do século XX que tudo fez para restabelecer o pleno emprego, não tem mais credibilidade diante das estatísticas e das previsões dos institutos independentes do sindicalismo. Não bastasse todo o quadro acima, o trabalho realizado na sociedade mecanizada, informatizada deveria ser objeto de profunda preocupação para a Psicologia que pretende estimular as diferenças entre os homens para maior satisfação dos indivíduos e para maior produtividade.

Na sociedade contemporânea a automatização e a informatização são as maiores garantias da indefectível dispensa das diferenças individuais para o sucesso de qualquer empreitada. As atividades realizadas sob a força desses dois poderes tornam-se passivas, pré-programadas, totalmente submetidas ao funcionamento de um aparelho, não dando lugar a nenhuma iniciativa pessoal. É o trabalhador que tem de adaptar-se à máquina, ao seu movimento contínuo, uniforme, automático. Por que, então, procurar discriminar diferenças entre os homens quando essas diferenças deixaram de ser importantes para o encaminhamento de qualquer trabalho onde a modernização tenha se instalado?

Pensando-se em termos da repercussão social que tal fenômeno provoca, tem-se, de um lado, a superação das diferenças individuais - pois a máquina passa a dominar a produção - e, de outro, assiste-se à elevação gradativa da taxa da população inativa.

Referindo-se ao crescimento progressivo da mão-de-obra ociosa na Europa, por exemplo, a Revista Cambridge Economic Policy publica dados extremamente relevantes. Em 1955, a taxa de desemprego foi de 1,66%; em 1973, 1,01%; em 1981, 3,37% e, finalmente, em 1985, estimou-se em 5,09% de inativos.⁴

Além deste trabalho, outros também reputados positivamente pela comunidade científica dão mostras inegáveis de que, embora havendo oscilações nesta tendência, vem se instalando progressivamente a sociedade do não-trabalho, à revelia de todas as classes sociais. Não obstante se assista as duras acusações de intelectuais e operários contra empresários de que estes promovem, num gesto maquiavélico, o desemprego em massa, todavia, a realidade parece não ser bem esta. Assim como a classe trabalhadora, empresários e governos temem pelo número crescente de mão-de-obra ociosa. Todos têm consciência de que tal fenômeno numa cifra elevada põe em risco toda ordem social.

Por isso, a partir de 1968, sob a influência dos movimentos operários e estudantis, muitos estudos foram

⁴ Cambridge Economic Policy Review, dez. 1981. IN: Ernest MANDELL, A Crise do Capital, p.234

realizados a nível internacional sobre o trabalho. Um deles bastante conhecido - Trabalho e Capital Monopolista - de Harry Braverman⁵, tratava da degradação do trabalho no século XX. Um outro estudo interessante foi realizado pelo Financial Time, em 1978.⁶ Repetindo o que inúmeros outros países vem analisando sobre o trabalho e sua relação com crescimento da população inativa, registra o seguinte: *Difícilmente pode-se encontrar um único setor industrial em que o número de empregos não tenha tendência a contrair-se.*

Também André Gorz, preocupado com os rumos da sociedade, em seu livro Adeus ao Proletariado, traz em anexo um texto de 1978, originalmente publicado em Le Nouvel Observateur constituído por uma série de comunicações dadas por organismos de pesquisa como as que seguem:

...as máquinas -ferramentas automáticas permitem que se dispense 30% dos operários de produção...

A utilização dos robôs de montagem fará ainda mais: entre 80 e 90% dos operários de produção, ou seja entre 50 e 60% do total do pessoal atual poderá ficar em casa.

25 a 30% dos serviços de escritório poderão ser automatizados. Dos dois milhões de datilógrafos alemães, por exemplo que batem, a cada ano, 4,4 bilhões de páginas, 40% tornar-se-ão supérfluos graças às máquinas de escrever automáticas que a Siemens constrói anualmente.

5 Harry BRAVERMAN. Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no Século XX, p. 1980.

6 Citado por André GORZ, Adeus ao Proletariado: para além do socialismo, p.159.

a micro-eletrônica produzirá 4 a 5 milhões de desempregados na Inglaterra até 1990.

A única coisa certa de agora em diante é que ninguém seguirá carreira na profissão em que se formou: esta será transformada, simplificada, desqualificada ou totalmente suprimida pela micro-eletrônica. Potencialmente somos todos extranumerários.⁷

A inquietação com problemas dessa natureza repercute, também no Brasil, atingindo vários dirigentes sindicais e políticos, como por exemplo, em 1988, o então ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto Pinto, o qual escreve diversas vezes no Jornal Folha de São Paulo sobre o desafio do ano 2000: investir para suprir a demanda de mão-de-obra desempregada e crescente em termos numéricos de ano para ano.

⁷ Id., *ibid.*, p. 158-160.

C) DAS FORMAS DE TRABALHO NA HISTÓRIA.

Desde o final do século XIX costuma-se atribuir um mesmo significado às palavras Trabalho e Emprego, como se estas se correspondessem mutuamente. Faz-se necessário por isso demarcar as diferenças substanciais que tais termos encerram.

A Emprego se reserva o sentido de cargo ou função que um indivíduo exerce para então ser remunerado. Sua ação destina-se fundamentalmente a atender o mercado. Já Trabalho tem o seguinte sentido, conforme esclarece o Dicionário de Economia.

(...) toda a atividade humana voltada para a transformação da Natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade. O trabalho é uma condição específica do homem e desde suas formas mais elementares está associado a certo nível de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho (grau de aperfeiçoamento das forças produtivas) e da divisão da atividade produtiva entre os diversos membros de um agrupamento social.⁹

A insistência aqui em demarcar as diferenças entre Trabalho e Emprego é tão mais importante porque a equivalência destes dois termos tão distintos, muito tem prejudicado a compreensão da sociedade.

No intuito então de aprofundarmos essa discussão retomaremos dois momentos históricos: a passagem do

⁹ Dicionário de Economia, p. 434

artesanato à manufatura e a passagem da manufatura à indústria. Sem o exame mais detalhado desses momentos - em que o papel do homem na produção se modifica profundamente - não se poderia entender a questão que levantamos nem, tampouco, o grau de adequação da Psicologia Diferencial à realidade.

A passagem do artesanato à manufatura nada mais é do que a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Deixa o homem de produzir para o próprio uso e põe-se o homem, sob novas relações, a produzir, em maiores quantidades, para troca. Este deslocamento que ocorre na natureza do trabalho, antes centrada na satisfação própria do produtor, para uma produção voltada exclusivamente para o mercado, pode parecer mera banalidade, um fato corriqueiro.

Entretanto, não se pode ignorar o impacto e a importância que este fenômeno provocou na vida e na visão de mundo do homem moderno. Tal impacto provocou, na realidade, a transformação de toda sociedade a qual passa, aturdida com os novos acontecimentos, a exigir uma explicação científica. A sistematização dessa nova ciência dá origem à Economia Política Clássica. A este respeito, o conhecido teórico e político brasileiro J. C. de Mello Belluzzo faz a seguinte colocação:

O nascimento da Economia Política, no final do século XVIII, responde, quer às modificações ocorridas no 'impessoal subsolo da história, quer às transformações operadas na consciência

dos povos. Surge como uma tentativa de explicação de um mundo abarrotado de mercadorias onde os homens trocavam seus produtos não para consumir, senão para trocar de novo amanhã'.

A aceleração destas transformações reclamava uma explicação sobre a natureza da sociedade emergente e precipitava indagações sobre os caminhos que poderia seguir.

(...)

A Economia Política nasce com a responsabilidade de desvendar a "lei natural" que cimentava uma sociedade econômica dilacerada pela busca permanente do ganho privado.⁹

Marcando diferenças substanciais entre o homem da Idade Média e o homem dos Tempos Modernos, cabe lembrar de maneira bastante sucinta que o homem do trabalho para o uso era o artesão, o homem do trabalho para a troca é o operário da sociedade moderna.

O artesão era o verdadeiro especialista no interior de uma produção. Cada especialidade encerrava um segredo, cujo acesso só era garantido através do próprio trabalho. Era preciso que alguém, no caso, um mestre, orientasse o aprendiz. Todavia, tal orientação não se dava num passe de mágica ou mesmo numa simples colocação verbal. Tornava-se mister a aplicação constante, sistemática do aprendiz no trabalho. Assim a sua formação durava anos; nunca menos do que sete anos, dizia Adam Smith. Na realidade, seu treinamento no próprio ofício permanecia numa vida inteira, já que nem sempre havia novos artifícios em descobrir.

⁹ Vide Prefácio de L. G., de Mello Belluzzo "A Teoria Marxista do Valor".

Esta habilidade, destreza, persistência que se exigia para um indivíduo tornar-se de fato artesão, adjetivos estes obtidos através de longos anos de aprendizagem, desencadeavam, com efeito, dois fenômenos sociais.

De um lado, tornava-o insubstituível, pois jamais uma criança, uma mulher ou mesmo um outro artesão poderiam fazer o seu trabalho, pois não teriam a mesma habilidade. Em razão disso, ele exercia também total soberania no campo do seu ofício.

De outro lado, contraditoriamente, esta situação o mantinha preso num mesmo ofício pela vida toda. Sem discutir aqui as leis da corporação, sem se adentrar nos estatutos feudais, o trabalho assentado na subjetividade do trabalhador impedia-o também de deslocar de um local para outro. Jamais poderia ele assumir outra função.

Sem nunca poder mudar de ocupação o artesão conservava uma identidade profissional peculiar, que lhe permitia ser reconhecido como autor único de suas obras. A sua individualidade era assim integralmente respeitada. No desenvolver de suas atividades, não havia ninguém no comando a quem precisasse prestar contas; possuía plena autonomia para e na realização de suas tarefas. Os diferentes ofícios mantinham cada qual a sua independência.

Submetia o artesão somente às seqüências temporais que os produtos exigiam para a sua realização. Até mesmo o limite da perfeição do trabalho ficava à mercê da qualificação de cada trabalhador. Encontrava-se assim a

produção presa ao aperfeiçoamento do artesanato, portanto, o ofício manual, a subjetividade do indivíduo era o princípio regulador de toda criação da riqueza social.

Até a entrada do século XIV não havia necessidade de nenhuma adaptação do trabalhador a qualquer outro movimento externo, que fosse estranho a ele mesmo. Somente com os albores da sociedade capitalista que a forma do trabalho começa a se subverter.

E com as grandes navegações marítimas, com a descoberta de novas terras, com o contato com outros povos, e, com a entrada de riquezas dante nunca vistas, que a velha sociedade feudal começa a se subverter. A noção de movimento e de transformação substitui as antigas idéias de fixidez, de imutabilidade dominantes na Idade Média.

De fato, neste período de profundas transformações sociais, os servos, que nunca viram outra propriedade exceto a de seu senhor, emigram para o mar; os camponeses, que sempre tiveram um pedaço de terra e uma ferramenta para produzir o que comer, agora expropriados e esfomeados, transformam-se em marinheiros esperançosos. O senhor de terras improdutivas, deixa a sua antiga condição para se transformar em criador de ovelhas; as comunidades monásticas se afirmam cada vez mais como entrepostos comerciais; os pescadores não mais pescam três dias para os bispos e nem os carpinteiros apresentam-se todas as segundas-feiras aos castelos para receber ordens. A "desordem" na forma arcaica

de viver se generaliza. O artesanato se transforma em indústria.

Esta passagem que ocorre de um modo de produção para outro caracteriza-se fundamentalmente pela reorganização do tipo de trabalho necessário para a reprodução dessa nova sociedade que se desponha. A necessidade de produzir bens em maiores quantidades e em menor tempo para atender a uma demanda crescente exige a reestruturação dos ofícios que vai encontrando as condições objetivas de sua transformação.

O artesanato, que lidava com produtores independentes, ao desaparecer, vai dando lugar para a manufatura. Inicialmente apenas se juntam vários artesãos em um único local de trabalho, embora executando tarefas que se complementavam mantinham ainda certa independência. Muitos anos depois, estes antigos especialistas são substituídos por crianças, mulheres e até mesmo por outros trabalhadores sem nenhuma qualificação. Sua jornada de trabalho agora é definida, não por iniciativa própria, mas pela determinação do patrão ou da legislação.

Começa a corrida contra o relógio; é preciso poupar tempo de trabalho aumentando paralelamente a produtividade de todos os trabalhadores para assim atender a um mercado ávido por mercadorias. A preocupação em sempre descobrir novos artifícios que aumentam o rendimento da produção torna-se uma compulsão para o empregador, figura agora representante do capital. Resultante dessa avidez, a divisão do trabalho no interior do próprio ofício se instala como a

mais nova exigência. Esta divisão do trabalho, por sua vez, leva a exigir mais disciplina e ordem dentro dos locais de trabalho.

Todavia, a indisciplina e a revolta dos trabalhadores passam a pulular neste período, convertendo-se em fatores de estímulo à produção de novos instrumentos de trabalho. Com o aprimoramento das ferramentas, começa a inversão do papel do trabalhador. Embora seu trabalho seja ainda de natureza manual, tem ele, agora, que se ajustar às ferramentas. Como diz Ure:

(...) A lima, a verruma, o torno tinham cada um seus próprios trabalhadores, ordenados de acordo com a respectiva destreza.¹⁰

Competindo com o trabalhador no processo produtivo, a cada aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho perde o artesão, gradativamente, a sua soberania. Desta maneira, o ofício manual vai sendo ordenado de forma diferente.

A manufatura começa a se caracterizar como um conjunto de operações parciais em que, cada operário executa individualmente ou em grupos uma operação; todos reconhecidos, agora, por suas ferramentas.

O trabalhador-indivíduo, com suas características peculiares, vai desaparecendo. Ao invés do trabalho globalizado, a operação parcelada toma o seu lugar e a destreza individual vai sendo substituída pela assiduidade

¹⁰ Karl Marx, *O Capital*, Livro I, Vol. I, p. 442

que pode produzir ininterruptamente. O ritmo próprio de cada um e a perfeição que cada qual imprimia à sua obra são substituídos por uma força externa. O movimento que impulsiona o trabalhador não parte mais dele; ele é apenas uma parte do trabalho que já lhe ultrapassa. De ser insubstituível vai se tornando um mero apêndice na produção.

A disciplina a que cada trabalhador é submetido, independentemente de idade ou sexo, é aquela onde o ritmo da produção é dado pelo instrumento de trabalho. No lugar dos hábitos irregulares, próprios da liberdade do ofício, a máquina implementa a sistematicidade e a regularidade previsível. Expressando-se a este respeito, diz Ure:

A dificuldade principal na fábrica automática residia na disciplina necessária para fazer seres humanos renunciarem a seus hábitos irregulares de trabalho e a se identificarem com a invariável regularidade do grande autômato. Inventar um código disciplinar adequado às necessidades e à velocidade do sistema automático, aplicando-o com sucesso, foi uma empresa digna de Hércules, a nobre tarefa de Arkwright.¹¹

Já não é mais necessário a habilidade ou a experiência para a produção. Com efeito, os trabalhadores qualificados vão sendo substituídos pelos menos hábeis, menos talentosos. Como dizia Ure, há, mais ou menos, 150 anos atrás:

O objetivo constante e a tendência de todo o aperfeiçoamento das máquinas é na

¹¹ Id., *ibid.*, p. 485.

*realidade dispensar inteiramente o trabalho do homem ou diminuir o seu preço, substituindo os trabalhadores adultos por mulheres e crianças ou o trabalhador qualificado pelo trabalhador sem habilitação.*¹²

O fato é que, a cada aperfeiçoamento do instrumento, elimina-se a antiga e necessária especialização, o que a grosso modo vai se estender de meados do século XVI ao último terço do século XVIII, quando a manufatura já pode ser considerada vitoriosa sobre o artesanato.

Mas este processo de desenvolvimento da produção capitalista não termina quando a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado. A manufatura também se desenvolve cada vez mais, aperfeiçoando os instrumentos que vão se transformar em máquinas-ferramentas. Agora não é só o especialista que historicamente vai desaparecer, como também, com o tempo, a própria figura do operário (já, totalmente desqualificado) vai se tornado desnecessária. A máquina automática o substitui e se impõe pela sua inigualável superioridade.

A medida em que as máquinas vão se aperfeiçoando, elas vão diminuindo significativamente o já mínimo exigido de habilidade de cada operário, concomitantemente, vai empurrando-o para fora da produção. A cada avanço tecnológico, menos tem o operário a saber e a fazer. Por isso, inventada a máquina, como diz Marx, não há mais

¹² Id., *ibid.*, p. 494.

necessidade técnica de fixar o trabalhador em uma única operação como a manufatura fazia. Ele está totalmente livre para empregar-se em qualquer lugar, livre para "empregar-se" em qualquer operação, em qualquer setor da economia! Livre para ir e vir na troca de emprego, para substituir qualquer pessoa no trabalho, todos os indivíduos em suma, se igualizaram frente a qualquer empregador.

O processo de trabalho por inteiro é resolvido com a aplicação da mecânica. Como diz Marx:

A produção mecanizada encontra sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas- ferramentas combinadas que recebem todos os seus movimentos de um autômato central e que lhes são transmitidos por meio do mecanismo de transmissão.

Quando a máquina- ferramenta, ao transformar a matéria prima, executa sem ajuda humana todos os movimentos necessários, precisando apenas da vigilância do homem para uma intervenção eventual, temos um sistema automático, suscetível, entretanto, de contínuos aperfeiçoamentos.¹³

Não há necessidade neste sistema de máquinas de se ter homens especiais, nem trabalhadores com anos e anos de aprendizagem. Com a simplificação do trabalho perde sentido a exigência de habilitação específica. A prova disso são os exércitos de operários que em turnos se revezam na produção e a sua rotatividade nas fábricas sem que, com isso, traga prejuízo à produtividade. O mecanismo das fábricas independe

¹³ Id., *ibid.*, p. 435-434.

das qualidades pessoais dos trabalhadores. E como diz The Master Spinners' and Manufacturers' Defence Fund, Report of the Committee, em 1854:

Os trabalhadores das fábricas deveriam lembrar-se agradecidos de que seu trabalho é de baixa qualificação, não havendo nenhuma outra espécie mais fácil de ser adquirido ou melhor remunerado, considerada a sua qualidade; nem mais fácil de ser aprendido pelos menos experimentados e pelo maior número. A maquinaria do patrão desempenha de fato, na atividade da produção, papel muito mais importante que o trabalho e a habilidade do trabalhador, que se podem aprender em 6 meses de instrução, estando ao alcance de qualquer braseiro do campo.¹⁴

A grande revolução do capitalismo é realmente libertar em primeiro lugar o trabalhador de sua qualificação necessária para o trabalho e, depois, libertar a produção dos próprios trabalhadores. A maquinaria transforma os trabalhadores em população supérflua para o trabalho depois de ter eliminado qualquer exigência sobre diferenças individuais. Como população supérflua para o trabalho, a nenhum empregador interessa virtudes especiais de qualquer elemento dessa massa desnecessária.

Face a máquina, transforma-se historicamente o papel do homem na produção. De ser essencial para a criação da riqueza social, ele se torna apenas uma peça a mais na produção. O sistema de maquinaria torna, enfim, supérfluo, "extranumerário", o trabalhador.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 484.

A força produtiva mede-se, a partir da II Revolução Industrial, pelo Capital Fixo (equipamentos, máquinas). O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, automatizado, informatizado ou robotizado. Reduz-se cada vez mais a necessidade do trabalho imediato feito pelo homem. A medida que se desenvolve a grande indústria, (e não se destrói a riqueza social já existente) a criação de riqueza da sociedade como um todo depende cada vez menos do trabalho individual.

É interessante observar que todo este processo revolucionário, que deslocou a base social da produção, iniciou-se quando o homem, para aumentar, fomentar a produção e baratear o custo das mercadorias, teve que transformar e substituir os instrumentos individuais de trabalho (por exemplo a roca, o tear manual, o martelo, etc..) por gigantescos meios sociais de produção (máquina de fiar, o tear mecânico, o martelo movido a vapor). Quando ele revoluciona o modo de trabalho e os instrumentos de produção e os transforma em meios coletivos, sociais, a oficina do artesão, de caráter eminentemente individual, cede lugar às imensas fábricas que passam a congregar de uma só vez centenas e milhares de operários.

Constata-se deste modo que o processo de trabalho, ao atingir um certo nível de desenvolvimento, vai requerendo igualmente meios mais elaborados, mais precisos, mais objetivos de exploração. Quando o homem por exemplo substitui o operário que lida com apenas um único

instrumento de cada vez por um mecanismo que, animado por uma força totalmente independente de ser humano, de um só tempo, opera centenas e milhares de ferramentas, torna-se mister a aplicação crescente e sistematizada da ciência e da técnica¹⁵. A natureza do próprio instrumental de trabalho, agora gigantesca, possante, exige também o domínio maior da mecânica, da física, da química, da engenharia, etc..

E também porque o trabalho se desenvolveu, que num determinado estágio da produção, a força humana, enquanto força motriz, revelou ser extremamente frágil e insuficiente para atender às necessidades crescentes da sociedade. O homem, de agente que girava a manivela do moinho, de instrumento que tocava a bomba para puxar a água, de ferramenta que movimentava o pilão, cede seu lugar a outras forças mais potentes e superiores, quando comparadas à força humana, como a água, o animal e o vento. Entretanto essas forças motrizes também se mostram bastante imperfeitas uma vez que se esbarram a todo momento com as intempéries da natureza e com as leis naturais. O vento e a água por exemplo eram demasiadamente inconstantes e incontroláveis. Tanto a sua falta como seu excesso paralizavam a atividade produtiva. O cavalo e o boi, por seu turno, cansavam-se, adoeciam, precisavam parar para suprir as suas necessidades mínimas como beber, comer e dormir.

Diante desses problemas os homens investigam as primeiras noções científicas e técnicas que podem ser

¹⁵ id., ibid., p. 423-440.

aplicadas ao desenvolvimento das forças produtivas, os quais darão bases para a indústria moderna. Entretanto terá que se passar muito tempo até que essas noções científicas se sistematizem e aperfeiçoem os instrumentos de trabalho, provoquem-lhes inúmeras metamorfoses até que, finalmente, se possa falar de um sistema automático de máquinas movido por um autômato, cuja força motriz põe a si própria em movimento.

Neste sentido a descoberta do vapor como fonte geradora de energia, em substituição às demais forças naturais, representou um enorme avanço para o processo do trabalho, pois foi o ponto de partida para a desvinculação do trabalho das limitações naturais assim como da emancipação do homem de sua relação direta com a produção.

A descoberta do vapor enquanto fonte energética correspondeu assim a uma vitória da ciência sobre a natureza. A produção de riqueza não estava mais à mercê das leis naturais. O homem pode agora controlar a potência das máquinas, com isso aumentar ou diminuir a produção de acordo com as suas necessidades, poderia ainda povoar regiões inabitadas. Não precisava mais ficar circunscrito às margens dos rios; chovesse ou fizesse sol, pouco importavam estes fenômenos para a atividade produtiva.

Agora, de força motriz, de ser particular e essencial para a realização do trabalho, o homem é chamado apenas para executar a tarefa de vigia, de controlador da produção. Curiosamente, neste estágio em que os instrumentos são

capazes de movimentar-se automaticamente o homem vai se tornando um empecilho para a produção. O operário perturba o trabalho porque a cada necessidade humana tem ele que desligar a máquina. O homem tem necessidades que as máquinas não têm. Precisa comer, dormir, amar, descansar, etc.. A máquina ao contrário por si só trabalha ininterruptamente com movimentos uniformes e contínuos 24 horas por dia, produzindo sempre a mesma quantidade e com a mesma perfeição.

A indústria moderna, ao incorporar assim as imensas forças naturais e a ciência ao processo produtivo, desloca o homem da sua relação direta com a produção revelando ser agora figura desnecessária. Partilhando do nosso ponto de vista, diz Belluzzo: *O capitalismo 'desqualifica' sistematicamente a força de trabalho, dispensando as habilidades do trabalhador, até transformá-lo num mero supervisor da operação da maquinária, (.....) o emprego crescente da máquina torna sua presença cada vez mais dispensável.*¹⁶

Assim, vimos como o elevado grau de desenvolvimento da ciência, da técnica, muda a base da riqueza social. Não são homens distintos, especialistas (artesãos), nem homens com habilidades parciais (operário moderno) que geram a riqueza a partir da produção de máquinas por máquinas. O homem do final do século XIX vai ficando cada vez mais

¹⁶ Vide "Prefácio À Edição Brasileira de J. C. de Mello Belluzzo do livro: A Teoria Marxista de Valor de Isaak I. Rubin, p. 12.

liberto do trabalho e cada vez se lhe exige menos qualquer aptidão para "empregar-se". E o homem do século XX é ou o trabalhador sem habilidade definida ou o desempregado.

Frente a esta realidade que se apresenta ao mundo contemporâneo questionamos a filosofia básica que consagrou a Psicologia Diferencial: qual é o homem certo e qual é o seu lugar certo?¹⁷

¹⁷ Wanderley Codo é um dos raros psicólogos que põe em questão a filosofia do "right man in the right place", partindo da análise das próprias condições de trabalho, ou melhor, do não-trabalho que predomina como uma forte tendência do mundo contemporâneo. Vide a este respeito - O papel do Psicólogo na organização industrial - notas sobre o lobo mau em psicologia. In Silvia T. M. LANE/Wanderley CODO (orgs), Psicologia Social: o homem em movimento, p. 195-202

CONCLUSÃO

Utilizando apenas os dados já existentes sobre o desenvolvimento do trabalho na sociedade, sem proselitismo e sem fazer projeções para o futuro, não conferimos nenhum sentido ao caminho que a Psicologia Diferencial escolheu para oferecer sua contribuição.

O marco da Revolução Industrial é muito significativo para que tivesse sido deixado de lado pela Psicologia. As crises sociais, vividas sistematicamente neste século pela sociedade do desemprego, não poderiam ter sido relegadas a um segundo plano.

O aceleramento da divisão do trabalho a partir de 1850, que coincide com o desenvolvimento da Psicologia Diferencial, nunca foi objeto deste campo de conhecimento que apologeticamente defendeu (e ainda defende nos marcos desta sociedade) a escolha do homem certo para o lugar certo.

Todas as tentativas anteriores de compreensão do homem pela filosofia, pela economia, pela história - não como um produto da natureza, mas, como um produto histórico - foram deixadas à margem do caminho escolhido pela Psicologia.

Passando por cima de dados ou de problemas que revelam a impossibilidade crescente dos homens se manterem vivos por falta de trabalho nas sociedades capitalistas, a

Psicologia diminui a importância dessa tragédia acenando com a "fé em ser bem sucedido no emprego que poderia ser adaptado à estrutura individual de cada pessoa!".

Afastando-se da realidade, ou da vida a Psicologia não consegue perceber que o indivíduo de quem está tratando já se transformou em mera abstração. Este "*homem com aptidão potencial por natureza que está sendo esperado por suas qualidades pelo mercado do trabalho*" é, na prática do mundo mecanizado, uma fantasia. As diferenças entre os homens não importam mais no atual mundo do trabalho mesmo contrariando as expectativas da Psicologia Diferencial ou da Psicologia do Trabalho caso esta se ampare no mesmo referencial teórico da primeira.

A Psicologia Diferencial, que por mais de um século gerou esperanças, neste momento de crise social e de crise teórica, não pode mais se manter com o estatuto de ciência caso mantenha os mesmos limites teórico-metodológicos até aqui apresentados.

A Psicologia Diferencial nos termos em que nasceu e se desenvolveu se apresenta como um conhecimento que, para se superar, precisa negar aquilo em que sempre acreditou: negar a especialização do saber. Só assim poderá, efetivamente, responder, sem ideologia, às reais expectativas, necessidades e interesses da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Leandro da Silva. Teorias da Inteligência. 2.ed., Porto, Edições Jornal de Psicologia, 1988.
- ANASTASI, Anne. Psicologia Diferencial. Trad. de Irene Hirschberg. São Paulo, E.P.U., 1972.
- , Testes Psicológicos. Trad. de Dante Moreira Leite. 2.ed., São Paulo, E.P.U., 1977.
- BEAUD, Michel. História do Capitalismo de 1500 até nossos dias. Trad. de Maria E.G.G. Pereira. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BISSERET, Noelle. A Ideologia das Aptidões. In: DURAND, José Carlos Garcia (org.). Educação e Hegemonia de Classe: as funções ideológicas da Escola. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- BLAIR, Glenn Myers e alii. Psicologia Educacional. Trad. de José Severo de Camargo Pereira e Alice Spínola da Gama. São Paulo, Nacional, 1967.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- CLAPAREDE, Edouard. A Escola sob Medida. Trad. de Maria Lúcia do Eirado Silva. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura.
- , Cómo Diagnosticar las Aptitudes en los Escolares. Traducción, bibliografía y notas por Alejandro Gil Fagoaga. Madrid, Aguilar, 1954.
- CUNHA, Jurema Alcides. Atividade de Pesquisa na Área de Técnicas de Avaliação da Personalidade. In: Anais da XVI Reunião Anual de Psicologia, 1986.

- , Introdução aos Testes Psicológicos. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1962.
- SCHULTZ, Duane. História da Psicologia Moderna. Trad. de Alvaro Cabral. São Paulo, Cultrix.
- SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Introd. de Edwin Cannan; apresentação de Winston Fritsh; trad. de Luiz João Baraúna. 2.ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- SWARTZMAN, Alberto. A Utilização das Provas de Personalidade em Seleção de Pessoal: uma questão controvertida. In: Anais do IV Encontro Nacional de Psicólogos e Profissionais de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1985.
- THURSTONE, L.L. y otros. La Medicion de la Inteligencia, la Aptitud y el Interes. Buenos Aires, Paidós, 1967.
- TYLER, Leona E.. Testes e Medidas. Trad. de Alvaro Cabral. 2.ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- VAZ, Cícero Emídio. Os Mitos que Envolvem os Testes Psicológicos. In: Anais da XVII Reunião Anual de Psicologia, 1987.
- WANDERLEY, Wedher. Os testes Psicológicos em Seleção de Pessoal: críticas atuais ao emprego dos testes psicológicos em seleção de pessoal. In: Anais do IV Encontro Nacional de Psicólogos e Profissionais de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1985.
- WOODWORTH, Robert S. et MARQUIS, Donald G. PSICOLOGIA. Tradução de Lavinia Costa Raymond. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.